

Seção 3

Ata Circunstanciada da 39ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA CIRCUNSTANCIADA DA 39ª (TRIGÉSIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DEBATER O CONTEXTO DO RIO MELCHIOR COM O TEMA: ADENSAMENTO VERSUS PRESERVAÇÃO, DE 9 DE MAIO DE 2024.	
INÍCIO ÀS 15H03MIN	TÉRMINO ÀS 18H32MIN

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Declaro aberta a presente sessão ordinária de quinta-feira, dia 9 de maio de 2024, às 15 horas e 3 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Convido o deputado Max Maciel a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – O expediente lido vai a publicação.

Muito grata, deputado Max Maciel.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.214/2024, de autoria da deputada Paula Belmonte, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, dia 9 de maio de 2024, fica transformada em comissão geral para debater sobre o rio Melchior, com o tema Adensamento *versus* Preservação.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – A presidência irá suspender a presente comissão geral, convidando os senhores e senhoras deputados, bem como todos que desejarem participar do debate, ao plenário.

Está suspensa a comissão geral.

(Suspensa às 15h11min, a comissão geral é reaberta às 15h34min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Declaro reabertos os trabalhos desta comissão geral para o debate sobre o rio Melchior com o tema: Adensamento *versus* Preservação.

Convido para compor a mesa os seguintes convidados: o presidente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, deputado Max Maciel; o senhor secretário do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal, Gutemberg Gomes; a senhora superintendente de fiscalização do Ibram, o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal (Brasília Ambiental), Simone de Moura; a senhora superintendente de operação e tratamento de esgotos da Caesb, a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, Ana Maria Mota; a senhora superintendente substituta da Adasa, a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal, Juliana Pinheiro Gomes; o senhor delegado de polícia da Delegacia do Meio Ambiente, doutor Leonardo Alcanfor; o senhor professor do Departamento de Ecologia da UnB, José Francisco Gonçalves Júnior, o senhor coordenador do grupo de trabalho do rio Melchior do comitê de bacia, Ricardo Minoti; o senhor engenheiro civil, analista de planejamento urbano e infraestrutura e gerente do Aterro Sanitário de Brasília, Wanderley das Chagas Albuquerque. (Palmas.)

Convido a todos para se sentarem nessas cadeiras mais próximas porque são mais confortáveis.

Registro a presença da arquiteta responsável pela coordenação de licenciamento de obras e manutenção da Administração de Samambaia, Alessandra Bittencourt; do representante da Associação de Voluntários da Patrulha Ecológica, senhor Nivardo Nepomuceno; do analista de comunicação e mobilidade do Instituto Cerrados, Lucas Lira; do superintendente de Relações Institucionais da Adasa, Chico Andrade; da assessora especial da Secretaria das Cidades, a Segov, Rejane Pieratti; do assessor do deputado Fábio Félix, André Veloso; e da presidente do Fórum das Águas, Lúcia Mendes.

Agradeço a presença de todos nesta audiência.

Quero também registrar a presença da Feprorural, do presidente Sérgio, da dona Lúcia e de todas aquelas famílias que estão ali e têm um impacto direto na questão da população.

Secretário Gutemberg, eu tive a oportunidade de conhecer a situação do rio Melchior em 2019, quando eu ainda era deputada federal. Eu estive lá pessoalmente, coloquei os meus pés dentro da água. A partir disso, essa responsabilidade se tornou minha também. Naquele momento, eu fiquei tão mexida com a história do rio Melchior que paguei com recursos próprios um teste, e pedi à UnB que me ajudasse à época. Eu queria que uma empresa pudesse fazer esse teste, e o departamento de geologia levou a amostra para Goiânia para que pudesse ser homologada. A partir disso, começamos a ter esse monitoramento.

Esses dias, visitando uma comunidade rural lá, fiquei muito impactada com a situação de muitas crianças e mulheres com erupções na pele. Era em um sábado e não estávamos preparados para fazer qualquer outra visita que não essa, e surgiu a possibilidade de irmos ao aterro sanitário. Estivemos lá, fomos muito bem atendidos pelo SLU, juntamente com a nossa equipe, e tivemos a oportunidade de conhecer o aterro sanitário.

Eu fiquei muito impressionada porque, quando ouvimos falar que há um lugar onde se colocam os resíduos sólidos, nós pensamos uma coisa; mas, quando vemos a monstruosidade de uma montanha imensa de lixo, não há como não começarmos a pensar na responsabilidade que nós, seres humanos, temos que ter com a nossa cidade, com o nosso país e com o nosso mundo. É muito lixo! A produção de lixo é muito grande.

Há também a questão de tratamento do chorume, sobre a qual representantes do SLU vão ter oportunidade de falar. Depois que o chorume todo passa pela encanação, ele é tratado dentro de bacias de contenção e despejado no rio Melchior.

Registro a presença do deputado Gabriel Magno.

O que nos chamou a atenção, deputado Max Maciel, é que, em vez de o cano estar em cima para que pudéssemos ver a cor da água, ele estava submerso, o que já estava errado, porque não há como sabermos o que está sendo colocado lá dentro. Eu, que não tenho nenhuma análise nem conhecimento específico, penso que o cano tinha que estar em cima para que eu pudesse, pelo menos, ver a cor da água, mas o cano estava embaixo. Depois soubemos que esse problema do cano foi resolvido.

É importante dizer que nós nos preocupamos com a questão do tratamento da água da Caesb – temos representantes aqui. Nós entendemos e compreendemos que esse esgoto tem que ser jogado em algum lugar. Nós sabemos que 40% do esgoto do Distrito Federal é despejado no rio Melchior; sabemos que o rio Melchior está classificado no nível 4, isso quer dizer que sua água não é potável para consumo humano nem para banho. A nossa preocupação é que a classificação nível 4 está muito alta e, hoje, vemos comunidades próximas do lençol freático, que está contaminado. Essas são as preocupações da comissão.

Há uma CPI assinada por 11 membros desta casa. Ontem convidei pessoas para assistirem a esta audiência pública e falei, também, a respeito da instalação da CPI. Para nós seria muito mais confortável se conseguíssemos nos unir – Poder Executivo, Poder Legislativo e sociedade civil – para resolvermos essa situação.

Nós entendemos que esse esgoto tem que desaguar em algum lugar, mas isso precisa ser feito de forma responsável e, principalmente, com um tratamento adequado. E para debater isso que nós estamos nesta audiência pública, que estamos começando, efetivamente, às 15 horas 43 minutos.

Registro a presença do deputado Pastor Daniel de Castro.

Antes de passar a palavra aos integrantes da mesa, quero saber se foi providenciado o vídeo que iremos mostrar. Caso não tenha sido providenciado, enquanto esperamos, concederemos a palavra para alguma pessoa relatar a situação em que nos encontramos.

Quero expor uma situação pessoal e combinar algo com os senhores, já que eu tenho que atender meu filho e levá-lo a uma consulta às 18 horas. Quero combinar com os senhores que estão à mesa que cada um faça uso da palavra pelo tempo de 5 minutos. Caso seja muito importante, poderemos estender esse tempo. Quero combinar o tempo de 5 minutos para cada membro da mesa e de 3 minutos para as pessoas que ainda irão se inscrever.

Quem desejar se inscrever pode levantar a mão que a minha equipe irá inscrevê-lo.

Dessa maneira, eu terei tempo para concluir. O deputado Max Maciel já disse que, se for preciso, ele pode ficar e fechar os trabalhos para mim, mas eu gostaria de estar presente até o final com os senhores.

Espero que consigamos fazer os trabalhos de forma bem objetiva e propositiva, com a exposição desses problemas, para, juntamente com os parlamentares que aqui se encontram, fazermos essa força-tarefa tão importante.

Ontem ocorreu um seminário no Ministério Público a respeito do meio ambiente, com duração de 4 dias. Essa é uma causa extremamente importante.

Esta casa, a Câmara Legislativa, com seus 24 parlamentares e os seus servidores, fez um movimento para arrecadar recursos financeiros e doações de água, alimentos, cobertores, colchões para as pessoas do Rio Grande do Sul.

Isso está apenas começando. Fiquei assustada com o que eu vi. A realidade é que ainda não temos noção do número de mortos, porque as pessoas estão ilhadas, sem comunicação, e não se sabe onde elas estão, a existência ou a falta delas. Infelizmente, eu vi cenas que não quero nem retratar, porque não é essa a nossa intenção, mas precisamos demonstrar solidariedade.

É nossa responsabilidade cuidar da sustentabilidade de Brasília. Podemos dizer que o nosso Cerrado, o nosso Distrito Federal é uma grande nascente. Entrei na política por conta do Sol Nascente, cujo nome eu achava que se referia ao nascer do sol – o sol nascente –, mas, depois, me falaram que na realidade era “só nascente”, porque havia muitas nascentes naquele local. Hoje, infelizmente, elas estão deixando de existir.

É responsabilidade de todos nós manter a geração de políticas públicas, de políticas econômicas e de prosperidade para a população, mas, junto a isso, a sustentabilidade. Eu tenho certeza de que essas pautas não deixam de convergir. Elas convergem, sim. Podemos ter sustentabilidade e, também, trazer desenvolvimento econômico e social a nossa cidade.

Peço que seja feita a apresentação do vídeo. Na sequência, passaremos a palavra aos integrantes da mesa.

(Apresentação de vídeo.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Vamos começar.

Inicialmente, concedo a palavra ao presidente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, deputado Max Maciel, que tem feito um trabalho de excelência naquela comissão.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhora presidente, deputada Paula Belmonte, na pessoa de quem quero cumprimentar todos os membros da mesa e os demais presentes.

Desde já parableno vossa excelência por esta iniciativa que, como bem pontuou, não é de agora, é histórica e necessária. Nós vamos acompanhar os trabalhos e o nosso gabinete está presente também. Vou atender aqui ao lado, mas me comprometo a voltar se vossa excelência precisar se ausentar. Fique tranquila, pois estaremos à disposição para fazer com que esta comissão geral siga da forma mais apropriada.

Quero reforçar o nosso compromisso e, desde já, parableno o movimento para salvar o rio Melchior e a Arie JK. É fundamental a articulação dos movimentos de Samambaia, Ceilândia e Taguatinga, inclusive com oficinas e *workshops* com saídas propositivas, comunitárias, com participação popular, de como é possível mitigar essas ações.

Eu moro no P Sul. Todo mundo – quando falo todo mundo, eu me refiro à nossa juventude, sobretudo da época dos anos 1990 – que morou na Ceilândia Sul e no P Sul, em algum momento, teve contato com o rio Melchior. Íamos a cachoeiras, brincávamos. Era o nosso momento de lazer. Íamos catar manga no mato. Essas eram formas de acessarmos aquele espaço. Infelizmente, hoje, a realidade é que uma parcela da população não pode mais ter esse privilégio, essa oportunidade. Por quê? Porque o Distrito Federal – eu me refiro a todo o seu conjunto – escolheu matar o rio Melchior. O

rio Melchior foi uma escolha política de anos anteriores, um rio deveria ser morto e escolheram exatamente o rio Melchior, que passa pelas comunidades de maior adensamento populacional no Distrito Federal e que está dentro de uma área periférica. Com isso, perdemos também a oportunidade de termos um parque ecológico e uma área de preservação.

Esta é a oportunidade, deputada Paula Belmonte, de chamarmos os atores à mesa. Eu estive com o secretário Guto nessa semana. Eu me sentei com o presidente da Terracap, com o presidente do Ibram, para discutir como poderíamos fazer isso. Primeiramente, penso que as compensações ambientais devem ficar nos territórios específicos. Há compensação ambiental que não vem para Ceilândia, mesmo com empreendimentos causando impactos na cidade. As compensações vão para outras áreas. Assim, a nossa cidade perde a oportunidade de ter, de fato, investimento e qualidade nessa ação.

Fica uma pergunta: nós sabemos que a Caesb tem um processo histórico de como fazer tratamento para mitigar a ação dos dejetos no rio. Como nós podemos fazer o processo de preservação para reduzir o impacto do estágio de nível 4 e, quem sabe, reduzi-lo para o nível 3 ou para o nível 2? É possível fazer isso, há tecnologia para isso, mas precisa-se de orçamento!

Saudamos vossa excelência, deputada Paula Belmonte, e reafirmo nosso compromisso, assinamos a CPI, estamos empenhados em fazê-la acontecer na perspectiva de permitir que a população daquela região também tenha o privilégio e a oportunidade de fazer uma boa trilha, de visitar um parque ecológico, de ter o rio Melchior de volta para si.

Como o vídeo bem mostrou – e a senhora foi pessoalmente – é um desastre o que tem acontecido naquelas regiões. Para quem não sabe, há escolas do campo que são próximas e limítrofes ao rio Melchior, que usavam um poço artesiano para abastecer a escola. Elas não usam mais esse poço artesiano. As caixas d'água das escolas são abastecidas diretamente por água potável contratada via caminhão-pipa, ou seja, não podem mais nem usufruir daquilo que a natureza de uma forma belíssima nos dava, que era a qualidade da água.

Deixo aqui o registro e o acompanhamento. Eu vou me ausentar para atender a uma pessoa e convido o deputado Gabriel Magno para sentar-se à mesa. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata.

Essa questão da compensação ambiental é seríssima. Eu vou dar o exemplo da Fercal, que hoje é a maior arrecadação de ICMS – está entre Ceilândia, Taguatinga e Fercal. Uma cidade pequeninha e com pouco investimento, exatamente porque a compensação ambiental daquelas fábricas de cimento não está lá, não vai para lá. É uma comunidade extremamente carente. Isso é fundamental.

Concedo a palavra ao engenheiro civil, analista de planejamento urbano de infraestrutura, gerente do Aterro Sanitário de Brasília, senhor Wanderley das Chagas Albuquerque.

Senhor Wanderley, desculpe-me pelo fato de o senhor não estar sentado aqui, porque entrou por aí, mas vocês são fundamentais para que possamos solucionar esse problema. Esse vídeo foi feito no SLU. Eu quero agradecer aos funcionários que me atenderam prontamente. Fui bem atendida, nós ficamos pelo menos de 3 a 4 horas lá dentro e me explicaram tudo. Foi um técnico, no sábado, para me atender. Eu quero lhe agradecer. Se o senhor quiser falar daí ou da tribuna, fique à vontade.

WANDERLEY DAS CHAGAS ALBUQUERQUE – Como todos sabem, o SLU preza pela qualidade do efluente tratado que é lançado no rio Melchior. Houve problemas no passado, como a senhora relatou, do efluente tratado por um cano que é submerso. Há alguns pontos: por que o cano é submerso? Para evitar o aumento da espuma no rio Melchior e evitar furtos também. Naquela região sofremos muito com furtos, tanto de cerca como da própria tubulação.

O SLU é um dos órgãos mais importantes para o Distrito Federal. Nós recepcionamos, hoje, uma média de 2.200 toneladas de lixo por dia do Distrito Federal. É o único aterro sanitário, hoje, em operação no Distrito Federal. Claro que todo esse lixo vai gerar chorume, vai gerar o lixiviado, que é conhecido como chorume. Esse lixiviado é recepcionado em lagoas de contenção para o tratamento do chorume. Esse chorume é tratado e, só após esse tratamento, lançado no rio Melchior.

Seria basicamente isso hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Wanderley, como eu mencionei, eu estive lá e vi essa questão do tratamento, e lá nós constatamos que vocês estão recebendo chorume de outros lugares. E também a questão desse encanamento que não estava em cima, estava aberto, subterrâneo, como está hoje essa situação? Se o senhor puder explicar, eu agradeço.

WANDERLEY DAS CHAGAS ALBUQUERQUE – Realmente, hoje nós recebemos o chorume do antigo lixão do Jóquei, conhecido como URE, Unidade de Recebimento de Entulho, que é levado para o Aterro Sanitário de Brasília, onde é feito o tratamento, e o chorume das usinas de tratamento de lixo, que é a usina da Asa Sul e do P Sul.

O tratamento é feito e também passa por verificação de 2 laboratórios, tanto da contratada Hydros, quanto de um laboratório contratado pelo próprio SLU, para verificar a qualidade desse efluente tratado.

A encanação continua submersa. É uma das coisas que temos tentado, junto à contratada hoje, a Hydros Ambiental: elevar essa tubulação. E continua. A gente ainda não conseguiu. A contratada sempre alega o motivo de furto da tubulação e para diminuir a questão da geração de espuma no rio.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Perdão, eu não entendi. A contratada diz que vai ter furto da...

WANDERLEY DAS CHAGAS ALBUQUERQUE – A gente sofre com furtos naquela região, tanto de tubulação, que é submersa para evitar seu furto, quanto de cercas.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – O que eu presenciei, deputado Gabriel Magno, é que o cano vai em cima do mato. Em vez de ele pegar um momento e se elevar para nós, pelo menos, vermos a cor... Na realidade é o seguinte: ele, quando chega perto do rio, submerge.

WANDERLEY DAS CHAGAS ALBUQUERQUE – Correto.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Na realidade, o furto não tem essa justificativa, porque a pessoa que está em cima do mato pega tanto em cima quanto embaixo. Talvez em cima ficasse muito mais difícil de ela pegar do que embaixo, porque ia jogar chorume nela.

Eu peço até para o pessoal do nosso gabinete, porque a notícia que nós tínhamos é que isso já havia sido resolvido. Eu acho que é importante colocarmos em um papel para que o SLU resolva isso, e que, se for o caso, nós faremos uma visita *in loco*, porque isso não tem lógica. Nós não vemos nem a cor do que está sendo tratado; abre a comporta ali e, às vezes, não é tratado.

WANDERLEY DAS CHAGAS ALBUQUERQUE – Após o tratamento, a coleta do material que vai para os laboratórios é feita já na saída do tratamento. Quando nós fazemos a coleta, já é na saída do tratamento. Realmente hoje não conseguimos visualizar o material que está sendo jogado no rio, no corpo hídrico.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata pela sua sinceridade.

Eu passo a palavra agora para o senhor coordenador do grupo de trabalho do rio Melchior, do comitê de bacia, Ricardo Minoti. Fique à vontade.

RICARDO MINOTI – Olá, boa tarde a todas e todos. É um prazer estar nesta casa.

Parabenizo a deputada Paula Belmonte pela organização de mais uma audiência pública. Nós já tivemos várias aqui, nos anos anteriores, da frente parlamentar ambientalista, e, hoje, estamos novamente para uma escuta sensível à comunidade da bacia.

Quero dizer que graças à comunidade é que estamos aqui nesses últimos anos e temos tido vários eventos. Esse movimento duro, difícil, trabalhoso, de quem se desgasta, mas está lá, essa comunidade tem feito o seu papel.

Eu represento o grupo de trabalho, o comitê de bacia. A Alba Ramos, presidente do comitê, não pôde estar presente hoje porque está em outro evento. Ela pediu que eu me pronunciasse em nome do comitê de bacia.

Gostaria de dizer que, na linha do que a deputada Paula Belmonte colocou, o deputado Max Maciel também colocou, nós temos 3 bacias no Distrito Federal que são bacias mais sensíveis: a bacia do Melchior, a bacia do Córrego Vargem da Benção e depois a bacia do Ribeirão Sobradinho. Todas essas bacias são bacias geográficas sensíveis que foram escolhidas no passado para serem receptoras, corpos receptores de efluentes tratados, esgotos tratados. Tínhamos que jogar esse esgoto tratado em algum local – ainda bem que é tratado. No caso do rio Melchior é muito bem tratado pela Caesb.

São bacias sensíveis, são bacias em que temos uma degradação da qualidade da água, em função, obviamente, de terem sido escolhidas para isso. Essas bacias têm um papel social, elas estão recebendo esse esgoto tratado. No entanto, temos esses impactos gerados no corpo d'água e, aí, temos o que chamamos de escassez hídrica qualitativa. Temos água, às vezes, em quantidade, mas não temos em qualidade para os usos requeridos. O pessoal quer tomar banho nas cachoeiras, onde

tomavam esse banho historicamente. Não pode mais. O pessoal quer usar água para a irrigação de hortaliças.

Em muitos locais, como na bacia do Melchior, na parte de baixo – tivemos reunião do GT, inclusive, na terça-feira –, há o depoimento de agricultores que moram na parte de baixo que não podem acessar água, porque é justamente no trecho ruim do rio, onde o trecho é destinado a receber esses efluentes tratados. O pessoal não pode usar água para o abastecimento rural etc. Então, temos o problema de saneamento rural também. São vários problemas juntos.

Estamos vindo defendendo a ideia no comitê de bacia, no ano passado, em um evento organizado pela Caesb, Comitê de Bacia Adasa, de que temos um passivo com essas comunidades dessas 3 bacias – e aqui, hoje, especificamente, falando do rio Melchior. Temos que ter um olhar diferenciado. Essas 3 bacias são áreas de interesse especial. Temos que fazer mais. É isso que esperamos do poder público. É isso que temos trabalhado para realizar.

Como fruto disso tudo que estou colocando aqui, o poder público e o GDF geraram uma resposta, por meio da Caesb, do comitê de bacia, depois pela Adasa. No ano passado surgiu a ideia desse grupo de trabalho, formar um grupo de trabalho que ajude a discutir o processo de revitalização da bacia. Participam desse grupo de trabalho a Novacap, a Sema-DF, o Brasília Ambiental, a Agros-DF, a Caesb, o SLU, a UnB, a comunidade do Melchior e a 3ª Promotoria de Justiça e Meio Ambiente do Patrimônio Cultural do Ministério Público do Distrito Federal.

Nesse grupo de trabalho, vimos discutindo o que fazer. Há uma divisão na bacia, a parte de baixo, que é essa parte pior do rio, que foi destinada a receber esses efluentes tratados, para a qual estamos discutindo quais as melhorias possíveis... Há uma série de medidas que estamos adotando.

E ainda há a parte de cima. Quanto à parte de cima, como já foi colocado aqui pelo deputado, queremos ver se em 2030, que é o prazo estabelecido para chegarmos à classe 2, conseguiremos atingir a classe 2, uma classe de qualidade que permite a balneabilidade com segurança e que permite que a comunidade possa tomar banho e fazer outras atividades no rio. É isso que queremos resgatar. Estamos trabalhando para isso.

Há uma série de problemas que poderíamos discutir, mas não teremos tempo aqui agora. Queremos dizer que o grupo de trabalho é aberto e que essa é a luta do comitê de bacia, cuja função é integrar as instituições e trazer as discussões para serem levadas à frente. Ele está no local certo.

Eu agradeço a participação. Estamos à disposição no grupo de trabalho para quem quiser participar conosco. Muito obrigado, deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu que agradeço, Ricardo.

Eu quero dizer que estipulamos 5 minutos, mas o que é importante é aproveitarmos este momento para que possamos discutir tudo o que é necessário.

A minha percepção como parlamentar de função fiscalizadora é que, na realidade, trouxemos aqui uma fala no sentido de que está sendo bem tratado pela Caesb, está sendo bem tratado pelo SLU, mas, para mim, não está. Por quê? Porque vemos uma poluição grande, vemos dados inclusive da própria UnB dizendo que o rio não está sendo tratado e está sendo mais poluído do que é realmente permitido. Há essa falta, digamos assim, de transparência na questão da tubulação, porque ela não é externa e está vindo diretamente.

Eu estou aqui querendo aprender com os senhores, mas eu parto do pressuposto de que não está tudo bem. Estamos aqui querendo verificar o que está acontecendo para melhorar. Se você pudesse ponderar isso para mim, porque eu não estou me sentindo bem com as reclamações das crianças, todas cheias de erupção na pele. Pessoas estão reclamando, as escolas não podem usar o poço artesiano, os lençóis estão sendo contaminados. Eu acho que podemos melhorar em alguma coisa. Realmente temos que jogar chorume em lugar apropriado e temos consciência disso, mas não da forma como está sendo tratada. Precisamos trazer um pouco mais de transparência e qualidade.

RICARDO MINOTI – Então, se eu tenho um tempo maior agora, dá para esticar um pouco mais.

Na parte de cima, deputada, demais colegas, à montante da bacia, quais são os problemas principais? Primeiro – eu não pude falar isto aqui –, precisamos de uma integração das políticas, sem dúvida. Temos uma resposta séria. Se cada uma das políticas não preservar o território da bacia, não temos como melhorar a qualidade da água do rio, não só com a questão do saneamento.

Então, há várias questões. Primeiro, obviamente, é preservar essas unidades de conservação. À

montante, temos um problema muito sério que vimos discutindo. Essa foi a razão de um evento que houve no ano passado com a Caesb e com a Novacap. O começo da conversa tratou do problema de cidades no Brasil todo e no mundo todo que é a questão dos esgotos misturados. Precisamos resolver esse problema. Na parte à montante, para conseguirmos chegar a 2030 com uma qualidade de água que a população espera, precisamos separar esse esgoto que está entrando clandestinamente nas águas pluviais, e as águas pluviais que também estão entrando por uma série de razões na rede de esgoto. Por isso, vemos o que a comunidade sempre relata sobre uma série de extravasamentos de esgoto diretamente no rio porque precisamos resolver essa separação.

Na parte à montante ainda, temos problemas referentes à educação ambiental da comunidade. É preciso preparar a comunidade para a questão do resíduo sólido. Temos muito lixo chegando também à bacia e precisamos resolver isso.

Na parte à jusante, deputada, temos problemas. Recebemos denúncias no comitê que trata de bacia, ainda na minha gestão, de atividades que estão funcionando sem outorga e sem licenciamento. É algo que está em discussão no grupo de trabalho. Por isso, não temos uma conclusão para trazer ainda. Há algumas indústrias que estariam atuando sem licença ou sem outorga e lançando efluentes no rio.

Então, o nosso olhar para a parte de baixo tem a função de saber o que podemos fazer, diante de um rio que foi escolhido para receber efluentes tratados, para melhorar a situação.

Há uma reivindicação da comunidade, deputada, que é justamente sobre a degradação visual na parte que foi destinada a receber os efluentes tratados, à jusante. Nessa parte, está em discussão a questão da extensão da zona de mistura, que permite termos uma degradação, inclusive, estética do rio. Passando essa zona, não podemos mais ter essa degradação. Então, fica irregular a atuação dos lançamentos ali. Mas não podemos discutir isso enquanto não definirmos a zona de mistura. Já há um estudo da Caesb e do SLU, mas não há das outras instituições que jogam efluentes tratados.

Uma das reivindicações do grupo de trabalho é solicitar que esse estudo seja feito de maneira integrada para que todos os efluentes sejam analisados e se possa observar até onde vai a zona de mistura em grupo – vamos dizer assim –, a fim de que possamos aí, sim, definir até onde podemos ter essa degradação ou não.

Vejam, estamos atuando e levantando os problemas da região à montante para chegarmos a uma classe de qualidade de água que atenda à comunidade, em um nível especial. E à jusante? O que podemos fazer para evitar o pensamento que havia anteriormente sobre essa bacia? “Bacia é para poluir, não há problema, vamos jogar todas as atividades poluidoras para lá.” É isso que não queremos, não queremos mais esse pensamento. Queremos outra visão sobre a bacia.

É a bacia escolhida para os efluentes tratados serem lançados? É, mas como podemos fazer para que, o máximo possível, consigamos manter um padrão de qualidade desejado em termos ambientais?

Sim, na parte de baixo temos problemas: o uso agrícola – como eu falei. Tivemos essa discussão na terça-feira. Há famílias isoladas na agricultura que não têm acesso à água potável. Elas também devem ter problemas de alguma contaminação de fossas etc.

Discutimos isso na terça-feira e tivemos uma apresentação do SLU. *A priori* não temos possibilidade de contaminação. O aterro está sendo monitorado – a parte de águas subterrâneas –, não há contaminação até este momento pelos estudos feitos pelo SLU. No entanto, obviamente, para analisarmos se poderia haver alguma contaminação específica, teria que haver um estudo específico.

Eu queria reforçar que já conseguimos com esse grupo de trabalho um apoio do comitê de bacia federal, a fim de que tenhamos recursos para fazer um diagnóstico mais aprofundado da bacia.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor, até para que fique registrada, porque esta audiência está sendo gravada e transmitida ao vivo. Quem faz parte desse grupo de trabalho? O senhor é o coordenador e está representando quem aqui?

RICARDO MINOTI – A Universidade de Brasília. Sou colega do professor Júnior, sou do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental e trabalho com avaliação e controle da poluição da água. Esse grupo de trabalho é um grupo do comitê que trata de bacia. No ano passado houve muita pressão para a Secretaria de Governo...

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Hoje quem faz parte?

RICARDO MINOTI – A UnB; o SLU; a Caesb; a ABS-DF, a Associação Brasileira de Engenharia

Sanitária e Ambiental; a comunidade do Melchior, que está representada oficialmente; o Brasília Ambiental, a Sema-DF e a Novacap.

A Adasa tem apoiado o grupo cedendo espaço, mas não tem participado das discussões. Gostaríamos muito que o nosso órgão gestor de recursos hídricos estivesse participando conosco nas discussões, porque há várias discussões técnicas em relação a recursos hídricos que a Adasa pode responder melhor do que todo mundo. Só está faltando isto: a Adasa.

O Ministério Público tem acompanhado isso. O promotor André já esteve conosco em uma reunião, e o Ministério Público tem acompanhado o desenrolar desse grupo de trabalho.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu quero fazer um pedido, que não sei se pode ser formalizado.

A Câmara Legislativa tem sua função. A função do parlamentar, *a priori*, é a função fiscalizatória. Sou presidente da Comissão de Fiscalização e Transparência, e temos a Comissão de Meio Ambiente. Então, é muito importante que estejamos nesse grupo para acompanharmos isso. Faremos o verdadeiro triângulo (*sic*): sociedade civil, junto com o Executivo, junto com o Legislativo, o Ministério Público e o Poder Judiciário, para que possamos estar juntos.

Então se puderem nos convidar e nos colocar nessa agenda, eu acho de fundamental importância.

RICARDO MINOTI – Falha nossa, deputada Paula Belmonte. Até peço desculpas a vossa excelência. Isso já deveria ter sido feito. Vou pedir para a diretoria do comitê encaminhar o convite à Câmara Legislativa e à senhora.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Está bom. Muito grata.

Concedo a palavra para o professor do Departamento de Ecologia da UnB, senhor José Francisco Gonçalves Júnior, que também fará uma apresentação.

JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR – Boa tarde, deputada Paula Belmonte, na pessoa de quem cumprimento todos os deputados e agradeço a oportunidade. Na pessoa do doutor Gutemberg Gomes, cumprimento toda a mesa e os agentes públicos que estão nela. Na pessoa do professor Ricardo, cumprimento toda a sociedade civil.

Esta é uma grande oportunidade para trazermos algumas informações e tentarmos despertar a luz de um debate tão importante para a sociedade. Nós temos visto, como a deputada Paula Belmonte demonstrou, que a sociedade está adoecendo. A ciência, a academia, tem o papel de amálgama; de ligar, com informações, o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário.

Nós, na academia, não somos adversários. Nós não seguimos nenhuma corrente política. Acho que a água é um tema que não carece da discussão partidária. Só estamos aqui, neste planeta, em um deserto do universo, porque existe água. A água é um elemento de interesse coletivo.

Ontem, na apresentação do meu colega professor Henrique Chaves, em um evento do Ministério Público, por meio de 4 modelos matemáticos, ele indicou que, daqui a 50 anos, haverá, no Distrito Federal, 50% menos água do que existe hoje. E o pior: a qualidade dessa água está cada vez pior. De onde vamos tirar água, então?

Quando falamos do rio Melchior, estamos falando de um rio que compõe a bacia do rio Descoberto, que flui para Corumbá IV. E o que significa Corumbá IV para Brasília? A nossa fonte de abastecimento de água, trazida pela Caesb. Podem dizer: "Hoje, o rio não está poluído". Não, não está, mas e daqui a 10 anos? Daqui a 20 anos? Precisamos discutirmos isso agora.

Ontem, comentei uma questão pessoal que vou trazer como exemplo aqui: minha mãe perdeu a casa no Rio Grande do Sul. Na primeira conversa que tive com ela por telefone, ela falou assim: "Meu filho, você me avisou há 6 anos". Eu calculei a distância do rio, vi que ela morava em uma planície de inundação e disse: "Aqui, existe risco", e ela não me ouviu.

Quando fazemos esse apelo, principalmente na casa do povo, é para dar um aviso. Mesmo que a nossa mãe não nos tenha ouvido, espero que o governador, que o presidente da Câmara Legislativa, que os presidentes dos tribunais, o presidente da Adasa, o secretário de Estado, todos ouçam os apelos que fazemos na academia. Eles não são alarmistas. É nosso papel, como servidores públicos, servir a esse povo que serve de estímulo para a deputada fazer esta audiência. É ele que está sofrendo. Será ele que vai sofrer.

Quero apontar um detalhe. Eu estava conversando com um colega sobre isto. Houve lugares

no Rio Grande do Sul em que a faixa de água que caiu foi de 600 milímetros. A deputada sabe o que significa um milímetro de água? É um litro de água por metro quadrado.

Então, significa que em 24 horas, em 48 horas, caíram 600 litros de água em um metro quadrado. Eu deixo a pergunta para a Caesb responder depois: qual o efeito de 600 milímetros sobre o reservatório de Santa Maria, sobre o reservatório do Paranoá? Eles suportariam uma chuva nessa intensidade? Se não suportarem, adeus Lago Norte, adeus ponta da Asa Norte, adeus Varjão e adeus Vale do Rio São Bartolomeu.

Eu não sou engenheiro, mas meus colegas na engenharia podem responder o que acontecerá se esses reservatórios receberem esse volume de água em uma intensidade tão grande. A Caesb, por meio do seu corpo de engenheiros, pode responder essa pergunta. Temos de estar preocupado com isso.

Desculpem-me, já passaram os 5 minutos, mas o que eu queria mostrar para vocês é o seguinte: no rio Melchior, fizemos 3 coletas em 3 períodos diferentes. A de 2018 foi da doutora Camila Campos, servidora da Adasa, que foi cedida para fazer o doutorado para desenvolver um modelo de gestão do monitoramento de recursos hídricos para o Distrito Federal. Ela é servidora da Adasa e foi cedida por 4 anos para fazer o doutorado. Ela fez 4 coletas em 2018.

Em 2023, estimulados pela sociedade que não aguentava mais ver a poluição e que nos pediu: "O senhor pode ir lá fazer a coleta?", nós fizemos a coleta. A da Camila foi feita perto da ponte da VC-311; a de 2023, em frente ao efluente da estação de tratamento de esgoto da Caesb, abaixo e em um córrego acima desse efluente.

Isso são metais na água, não metais pesados. Se eles tiverem níveis muito elevados, afetam a saúde. A portaria do Ministério da Saúde diz quais são os limites para a potabilidade: são 0,3 miligramas de ferro. Notem que a linha vermelha está abaixo de todos os valores que nós encontramos. E a resolução do Conama, o que diz? São 5 miligramas por litro. Em 2018, o número encontrado foi muito acima desse valor – cerca de 5 vezes mais do que o valor permitido.

Vamos ao cobre: a resolução do Conama permite 0,13 miligramas; e a portaria do Ministério da Saúde, 2 miligramas por litro. Notem que, em relação à resolução do Conama, os níveis de cobre sempre ficaram acima nessas 6 coletas realizadas. Quanto à do Ministério da Saúde, que estabelece 2 miligramas, em 2018, em alguns dias de coleta, os níveis também ficaram acima.

Eu queria chamar a atenção: olhem como é variável. Por isso a necessidade de um programa de monitoramento. Nós da universidade estamos disponíveis à Comissão de Fiscalização para fazer um monitoramento independente para vocês. Não há nenhum problema. Temos o equipamento mais avançado que pode haver para fazer essas análises, que é um cromatógrafo iônico, o qual custou cerca de 1 milhão de reais e está subutilizado na universidade. Ele pode ficar disponível para a Câmara Legislativa fiscalizar a situação. Isso está à disposição.

Se houvesse esse monitoramento, teríamos condições de modelar, de construir um modelo preditivo para o futuro. Poderíamos saber se o SLU está melhorando as condições do seu efluente ou se a Caesb pode melhorar ainda o lançamento do seu efluente, e se isso está dando resultado.

Além disso, há o que o Ricardo falou: o estado de Goiás definiu todas as bacias hidrográficas como classe 2, porque eles querem água, sabem que precisam de água, não podem poluir, pois classe 4 é a licença para poluição, é a legalização da poluição. É por isso que o rio Melchior está dessa forma. Precisamos alterar o enquadramento.

Eu ouvi, em algumas reuniões no CRH, o Conselho de Recursos Hídricos, os órgãos públicos dizerem: "Ah, mas então a população vai pagar mais". Informe a população de que ela vai pagar mais, mas é para a saúde dela, para o futuro dos filhos, dos netos, dos bisnetos. Precisamos pagar.

Eu fiz um cálculo rápido de quanto custaria uma obra para a Caesb ou para o SLU. Seriam 30 milhões, 60 milhões? Nós temos 3 milhões de habitantes; divida o montante por 3 milhões; é pouco dinheiro, seriam 5 reais ou 10 reais em uma conta. Acho que todo mundo pagaria 5 reais para ter essa água.

Eu morei, ano passado, na Austrália, ao lado de um rio urbanizado que tinha previsões até para enchente. As pessoas usavam aquele rio para lazer. À exceção do lago Paranoá, uma área abastada do Distrito Federal, que se usa para lazer, qual outro rio a população tem para lazer?

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Professor Francisco, deixe-me fazer uma pergunta para tornar essa nossa reunião mais proveitosa, porque eu estou aprendendo com os senhores.

Eu tenho uma percepção em relação ao fato de o rio estar classificado como 4, que não é próprio para se beber nem para tomar banho. Porém, é preciso desaguar a água tratada – vamos dizer assim – do SLU e da Caesb. Nós temos 40% e temos que jogar o esgoto em algum lugar. Isso é uma realidade, e temos que saber como jogar esse esgoto. Hoje, a minha percepção é a de que temos que poluir alguma coisa, mas de forma consciente, responsável, menos agressiva para a nossa sustentabilidade. Percebo que não há fiscalização adequada sobre o que se está jogando lá.

Eu participei de uma audiência, no começo do mandato, a respeito do rio Melchior, e ouvi da Caesb que eu poderia ir lá, a qualquer momento, fazer o monitoramento. Foi proposto, à época, combinar um horário para todo mundo fazer o monitoramento. Isso foi conversa para boi dormir. Horário? O monitoramento tem que acontecer 24 horas, em horários alternados, para entendermos a situação.

Mesmo sabendo que nós precisamos jogar o esgoto tratado, há essa questão do chorume, do abatedouro que temos ali do lado. Há o crescimento desordenado da população, que muitas vezes contribui para a poluição, isso é uma realidade.

Lembro que a população do Sol Nascente não tem saneamento básico. Então, se falamos de 40%, quando houver saneamento básico, vai aumentar muito mais ainda o trabalho ali.

O senhor acha que ainda é possível nós recuperarmos esse rio? Como o senhor vê isso?

JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR – Sim. A senhora tem toda razão. Existe tecnologia. Imagine Israel, no Oriente Médio. Será que ele joga fora seu efluente? Não. Ele trata essa água ao máximo. Nós podemos fazer isso. Existe tecnologia para isso. É cara, muito cara. Mas temos que tomar decisões. Essa decisão tem que ser tomada agora.

Então, o primeiro ponto é: existe tecnologia para tratar ao máximo tudo isso. O rio não pode ser, jamais, o lugar de diluição, porque vai ficar poluído. Não se pode jogar no rio. Por que não colocamos em lagoas? Assim, a água evaporaria, e a lama residuária ficaria ali. Isso é melhor que jogar no rio. Temos que tomar decisões.

Ele tem razão quanto a Caesb, SLU, Adasa e órgãos governamentais. São decisões políticas. Os representantes da sociedade decidiram isso, mas a sociedade precisa ser informada sobre o preço que isso tem. Água é um bem importante. Temos como recuperar toda aquela área.

Eu queria chamar a atenção para uma coisa. Hoje, vi uma entrevista do governador do Rio Grande do Sul em que ele dizia que, para recuperar o prejuízo, serão necessários 19 bilhões de reais inicialmente. Se ele tivesse investido 100 milhões de reais para reformar os seus muros, não teria compensado? É disso que estamos tratando: quantos problemas futuros vamos evitar.

Há a possibilidade de fazer isso. Temos condições, mas precisamos de um monitoramento mais eficiente. Eu já falei para a Adasa, várias vezes, que o monitoramento que temos hoje é do século XX. Poderíamos ter um monitoramento do século XXI. Deputada, nós temos problemas com organoclorados, microplásticos e metais. Nenhum desses elementos está na resolução do Conama. Não obrigam os órgãos de fiscalização a analisar esses elementos.

Vou mostrar o oxigênio, que está no programa de monitoramento. Todos estão dentro da legislação. Essas duas variáveis compõem o ICE – que tem outras variáveis –, índice que a Adasa fez e que foi uma evolução. Em muitas áreas, o ICE apresenta boa qualidade. Porém, os dados que temos mostram que a saúde daquele ambiente não é boa. Por quê? Porque as variáveis que não são sensíveis, como o pH e o oxigênio, compõem esse índice. Esse é um exemplo.

Outro exemplo: turbidez. Todos os valores estão muito acima do permitido pela portaria do Ministério da Saúde e pela resolução do Conama. Note: resolução do Conama classe 3, porque a classe 4 não tem o parâmetro.

Vejam outro parâmetro: condutividade elétrica. No GT de monitoramento da CTPA do Conselho de Recursos Hídricos, pedimos à Adasa para inserir a condutividade elétrica. Ela falou: “Vamos fazer o ICE. Depois, voltaremos a discutir isso.” Estou esperando sentado, até hoje, para discutir a inserção da condutividade no ICE.

Por que não vale a pena colocar a condutividade elétrica no ICE? Porque ela está em níveis sempre muito altos. Alguém falou: “Na resolução do Conama, não está estabelecida a condutividade”. Eu calculei. Pedi ajuda a um estudante de graduação, e fizemos uma análise estatística. Eu falei: “Está aqui um valor de referência”.

No painel há um valor de referência, e posso dizer outro para a senhora: a condutividade

elétrica nos córregos Gama e Cabeça de Veado é de 31 microsiemens por centímetro. Todos os valores estão muito acima do que há em um rio natural, em uma unidade de conservação. Essa poderia ser a nossa referência. Então, esses são os problemas que nós temos. Esta é a tese da Camila, colega da Adasa, que foi premiada como o melhor trabalho científico do Distrito Federal em 2022 pela Codeplan.

Vou chamar a atenção para o rio Melchior. Fizemos um índice de saúde ambiental. É como se tivéssemos um paciente que, pelo nosso índice, está na UTI, é crítico. O programa de monitoramento é o que defendemos sempre. Se sou diabético, deputada, como monitoramos a diabetes? Avaliando a glicose de tempos em tempos. É disso que precisamos. Um paciente na UTI precisa de um monitoramento quase que diário, como acontece com quem está na UTI. Mas não há esse monitoramento no rio Melchior.

Pasmem! Observem a segunda seta, no 23, verde. Sabem o que é aquilo? É o índice que criamos baseado no enquadramento da água pela Resolução Conama nº 357. Ele está pleno. Por quê? Porque ele é classe 4. Então, como eu falo, a classe 4 levou ao estado crítico, o que é uma prova científica que essa é uma licença para a poluição. Entregamos, na tese dela e nesse artigo publicado pela Codeplan, esse modelo de gestão de recursos hídricos.

Agradeço o debate, deputada. Eu queria expor para todos a preocupação que temos, na universidade, porque eu não queria escutar de novo o que escutei em uma ligação telefônica que fiz para a minha mãe: "Você me avisou isso há 6 anos".

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata.

Como foi dito, a Câmara Legislativa quer participar desse grupo de trabalho.

Junto a isso, eu já havia conversado com a reitora Márcia para que a UnB pudesse fazer esse monitoramento. Agora que você coloca isso à disposição também, vamos entrar em contato para a formalização e deixar isso para a nossa sociedade.

Passo a palavra ao nosso querido presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa, deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Primeiro quero justificar meu atraso. Eu estava justamente presidindo a reunião da Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

Só vou justificar uma breve saída que farei daqui a meia hora, porque vou receber, em meu gabinete, o procurador da promotoria que trata da educação no Ministério Público para tratar de assuntos da comissão, às 17 horas – mas eu voltarei.

Quero parabenizá-la mais uma vez por este evento muito importante para o Distrito Federal.

Pedi para falar porque eu estava vendo que agora, pela ordem, começam as falas dos representantes do poder público. Então, eu queria levantar algumas questões que, na minha opinião, são muito importantes.

A primeira delas é que tenho aprendido muito. Estou vendo várias caras daqueles que chamo de lutadores e lutadoras em defesa da vida, porque defender a água e o meio ambiente é defender não só a qualidade de vida – como estamos vendo no Rio Grande do Sul –, mas a própria existência dela. Defender o rio Melchior é defender não só as águas de todo o Distrito Federal, mas do Brasil e do continente latino-americano.

Nós estamos em uma região de profunda importância para o abastecimento de bacias hidrográficas em todo o continente. Por isso, esse é um debate muito fundamental para nós. Eu quero começar dele, porque o professor José Francisco trouxe um debate sobre o enquadramento da classe do rio Melchior. Quando colocamos esse instrumento da Lei das Águas, o enquadramento obviamente é também um diagnóstico da situação, mas é fundamentalmente uma sinalização de aonde queremos chegar.

Por isso, é tão importante a mudança do enquadramento. Por que manter o rio Melchior na classe 4, a pior possível das classes que a lei coloca? Hoje, ela não impõe às empresas e ao poder público preocupações ambientais. Ela é um salvo-conduto para o crime ambiental. Por este motivo, é importante a mudança imediata do enquadramento, obviamente acompanhada de financiamento e de estrutura.

Eu quero entrar nesse debate trazendo 2 questões fundamentais. O professor lembrou de

como a ciência precisa estar hoje no centro das nossas decisões políticas, articulada com saberes comunitários e saberes populares, já que também a ciência se utiliza de preservação.

Além da CPI, deputada Paula Belmonte, que é fundamental – aproveito para registrar mais uma vez o nosso apoio; nós não somente a assinamos, mas continuamos lutando para que ela aconteça nesta casa –, quero trazer 2 instrumentos que passarão também neste parlamento. Inclusive, eu tenho alertado sobre isso em alguns momentos. Está aqui o nosso secretário de Meio Ambiente, o Guto. O primeiro instrumento é o PDOT e o segundo é a Luos.

Nós precisamos aproveitar o momento do debate que esta casa, junto com a sociedade civil e o poder público, farão sobre a atualização e a revisão do PDOT e da Luos. Não só o debate da Arie JK e do rio Melchior, mas do conjunto do Distrito Federal. Eu tenho dito diversas vezes isto aqui: nós precisamos de um PDOT – sinto falta nesta mesa mais uma vez da Terracap – que não se submeta aos interesses da especulação imobiliária e da grilagem de terra no Distrito Federal. (Palmas.)

Aqui, vou me permitir e ser muito duro no comentário. Nós não podemos permitir, Guto – que hoje está nessa importante tarefa na Secretaria de Meio Ambiente –, e deputada Paula Belmonte, termos uma empresa pública que joga hoje contra os interesses da população e do Distrito Federal.

Infelizmente, a Terracap se comporta em vários momentos contra os interesses da população, como uma espécie de imobiliária que defende a especulação. (Palmas.) Eu vou dar o exemplo da Arie JK. Nós precisamos colocar isso na lei, no PDOT e na Luos. Precisamos sensibilizar o conjunto da sociedade. Não podemos mediar. Não podemos negociar o que a Terracap quer fazer na Arie JK – faço essa provocação ao Ibram –: a construção de mais um empreendimento imobiliário no Centrad, com 500 mil habitações, e o licenciamento dele.

Não podemos negociar isso, não há mediação, porque será o desastre anunciado. Nós estamos vendo isso em várias áreas. Estamos falando aqui especificamente da Arie JK, Guto e deputada Paula Belmonte. Podemos dar vários exemplos na cidade, como o que a Terracap quer fazer agora no Taquari 2ª Etapa, na região norte da cidade.

Nós não podemos permitir isso. O Distrito Federal foi criado como patrimônio cultural da humanidade. A Terracap foi criada para ser um instrumento de preservação do sonho de vários importantes brasileiros e brasileiras, da capital da esperança. Nós não podemos perder esse instrumento e esse poder tão importante e fundamental da população do Distrito Federal, inclusive com um certo ineditismo na estrutura organizativa do Estado brasileiro. Nós não podemos permitir uma empresa que não esteja a serviço dos interesses públicos da população do Distrito Federal.

Coloco isso aqui porque, para mim, esse é um debate fundamental. É preciso ser feito um pacto com o Poder Legislativo, com o Poder Executivo, com o Poder Judiciário, com os órgãos de controle e com a sociedade civil, representada nesta mesa pela universidade e, neste plenário, por vários movimentos.

O segundo elemento que para nós também é muito importante é a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025. Guto, na abertura do seminário do Ministério Público, o Governo do Distrito Federal encaminhará, no mês de maio, o projeto da LDO 2025. Nós o votaremos até o final de junho. Nós precisamos reverter essa agenda. É preciso colocar essas ações de prevenção, essas ações de uma nova lógica no orçamento do Distrito Federal.

Deputada Paula Belmonte, aproveito para anunciar aqui – nós estamos vivendo este momento no Rio Grande do Sul, que tem tudo a ver com esse debate – que esta semana nós iremos ao Tribunal de Contas, esperamos que já haja mudança na LDO.

Quando nós pegamos a dotação orçamentária do programa de prevenção e resposta às emergências e desastres, é a de 2019 para não ser injusto e fazer comparações com outros momentos, já que 2019 é o mesmo governo. A dotação inicial de 2019 para prevenção e resposta às emergências e desastres foi de 100 mil reais.

Inicialmente foram autorizado 68 mil, e nada foi liquidado. Em 2020, a dotação foi de 184 mil reais. Em 2021, a dotação inicial foi de 300 mil reais, e a autorizada foi zero. Em 2022, foi apenas de 100 mil reais. Em 2023, 100 mil reais, sendo que a autorizada foi de 25 mil; este ano, de 50 mil reais. É isso que está no orçamento do Distrito Federal, o orçamento de 61 bilhões de reais. É essa a prioridade que o poder público passa para a sociedade. Nós não queremos repetir a fala que o professor acabou de falar: “Nós avisamos”, porque não se trata de se ter razão ou não, trata-se de como construímos mecanismos para evitar as tragédias anunciadas, que estão ditas. Nós estamos verificando isso.

Deputada Paula Belmonte, faço mais esse apelo ao Poder Executivo, aqui também representado nesta mesa. Daqui a algumas semanas, chegará a esta casa o projeto de lei sobre a LDO 2025. Que nós já possamos alterar o curso do orçamento público para começar a investir nas tecnologias de preservação, nos instrumentos para os quais já há tecnologia, mas fundamentalmente que repensemos o modelo de ocupação desta cidade com outra dinâmica, com a que estava presente na fundação de Brasília e do Distrito Federal e está no decreto que tornou esta cidade patrimônio: a preservação e o cuidado com o meio ambiente, com a qualidade de vida e com o bem-estar social do conjunto de brasileiros e brasileiras que vieram para construir Brasília, capital da esperança, e que hoje moram aqui, nesta cidade dinâmica – como tem que ser, e ninguém discorda disso.

Deputada Paula Belmonte, parableno vossa excelência por esta audiência, porque nós precisamos entender, de uma vez por todas, que a preservação ambiental não é, em hipótese alguma, adversária ou empecilho ao desenvolvimento, pelo contrário. O que nós estamos vendo no Rio Grande do Sul é a prova de que a preservação ambiental é um instrumento fundamental do desenvolvimento. É a destruição ambiental – que, no Distrito Federal, historicamente é organizada pelos interesses da grilagem e da especulação imobiliária – que promove o desastre, a morte de várias pessoas e prejuízos econômicos fundamentais. Então, não serve mais como baliza esse argumento, esse princípio de negacionismo orçamentário, de negacionismo da organização do próprio Estado, das relações sociais como instrumento de desenvolvimento. Temos visto e sofrido muito. Aqui nós já ouvimos alguns elementos fundamentais.

Então, eu queria falar à Secretaria de Meio Ambiente, ao Ibram, à Adasa, à Caesb e à Delegacia da Polícia Civil, aqui presentes, como nós poderemos juntos fazer esses processos, esses combinados. A deputada Paula Belmonte coloca o seu mandato à inteira disposição dessa luta. Coloco o nosso mandato também à disposição. Nós sempre brincamos, deputada Paula Belmonte, mas nós estamos juntos, apesar das diferenças ideológicas, óbvias e nítidas, pelos partidos que nós representamos, e temos conseguido organizar, nesta casa, debates tão fundamentais e fazer a defesa de princípios tão caros para nós, como o do bem-estar do povo do Distrito Federal.

Mais uma vez, eu a parableno, deputada Paula Belmonte, e me coloco à disposição de vossa excelência. Aqui eu reafirmo a importância e a necessidade da CPI do rio Melchior. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, deputado Gabriel Magno. Eu digo para ele que ele é o meu esquerdista preferido. Não posso falar “esquerdista”, não. Vou dizer “petista”, porque há outros esquerdistas, que podem ficar com ciúmes.

O que está acontecendo nesta legislatura é que questões ideológicas não entram em debate quando nós queremos o bem-estar da sociedade. É por isso que nós estamos trabalhando em conjunto aqui.

Como foi dito, quanto à água e à sustentabilidade, nós não temos partido político; nós precisamos estar juntos em prol da sociedade. Isso tem feito com que a Câmara Legislativa tenha trabalhado muito e feito um movimento de excelência, de participação dos parlamentares e da sociedade para que possamos realmente ter essa transformação.

Isso que o senhor fala, a responsabilidade da LDO, é fundamental, porque sempre achamos que não vai acontecer conosco: “Ah, não, aqui nós estamos mais protegidos”. Quando acontece, o prejuízo é muito maior.

Eu fico imaginando... Nós estamos falando de 5 metros de altura de água. Tudo está destruído: a memória das pessoas, o psicológico das pessoas... Há uma questão que me preocupa – mais uma vez, eu quero ressaltar o pessoal da comunidade Cerâmica e todo aquele pessoal que está lá –, que é a dignidade humana. Quando falamos que não há contaminação, nós precisamos levar isso muito mais a sério, no sentido de pesquisar a questão. Para mim, particularmente, não há justificativa para aquela população estar daquele jeito.

Então, precisamos fazer com que o poder público esteja lá fazendo essa verificação e esse controle. Queremos contar com o senhor, deputado, com o deputado Max Maciel e com todos os deputados desta casa de um modo geral. Eu sei que podemos contar com todos para que possamos trazer esse alento à sociedade, a fim de termos essa responsabilidade, porque o aterro sanitário – bato, mais uma vez, nessa tecla – é produzido por todos nós. O lixo ali é produzido por todos nós. Nós temos que revisitar não só a responsabilidade individual de cada um, mas também como estamos tratando isso, porque ali é produzido gás, que pode ser benéfico para as pessoas. Será que a melhor forma de tratar o nosso lixo, o nosso resíduo sólido é daquela forma? Hoje, não há coleta seletiva para que se possa fazer realmente a reciclagem.

Então, há um impacto na pessoa que mora em Planaltina, na pessoa que mora no outro extremo e nas pessoas que moram em lugares bons. Isso é para todos nós. Não há partido político. Vejo isso. É assim que a Câmara Legislativa está trabalhando. (Palmas.) E eu quero trabalhar. Estamos juntos.

Quero agradecer ao doutor Leonardo, porque, depois que nós fomos ao SLU, acionamos a Delegacia do Meio Ambiente, fizemos alguns pedidos para que vocês, da delegacia, verificassem a situação, e vocês já estão com algumas investigações em curso. É importante a presença do senhor. Antes de passar a palavra ao senhor, quero dizer que a Terracap também foi convidada para esta comissão geral. Os representantes da Terracap reconhecem a necessidade do debate, mas, por questões de agenda, não puderam comparecer. Vejo que é importante, sim, deixarmos isso registrado.

Tenho dito reiteradamente no Colégio de Líderes que precisamos fazer com que esta casa realmente traga as pessoas do Poder Executivo e de todos os órgãos que representam o poder público para que possamos construir juntos.

Então, fica a nossa insatisfação com a não presença da Terracap, mas entendemos essa questão da agenda.

Concedo a palavra para o senhor Leonardo Alcanfor de Pinho Silva, delegado da Delegacia Especial de Proteção ao Meio Ambiente e à Ordem Urbanística. Muito grata.

LEONARDO ALCANFOR DE PINHO SILVA – Na pessoa da deputada Paula Belmonte, cumprimento todos e agradeço o convite para estar aqui.

Entendo muito bem a importância desse tema. Antes de eu entrar na polícia, trabalhei por 3 anos na Agência Nacional de Águas, como especialista em recursos hídricos. Então, tenho plena ciência da importância desse assunto, que é importantíssimo, inclusive para a população, porque existe uma visão antiga, antiquada de meio ambiente de que ele seria algum tipo de adversário do desenvolvimento e de que deveríamos proteger o meio ambiente e proteger o planeta. Acontece que o planeta estava aqui muito antes da humanidade chegar e estará muito depois de irmos embora. Então, os prejudicados pela falta de cuidado com o meio ambiente são as próprias pessoas. O investimento nessa área, portanto, é importantíssimo.

A Polícia Civil trabalha com repressão. Então, já fizemos diligências no local. Eu mesmo estive lá. Nós temos um inquérito policial instaurado, do qual eu não posso falar, obviamente, porque tudo isso é sigiloso. Posso dizer que as diligências estão avançadas, sim, e o nosso objetivo é punir os responsáveis. A legislação ambiental prevê uma pena não muito grande, de no máximo 4 anos. Nós já juntamos diversos laudos e, com certeza, a Polícia Civil vai cumprir o seu papel.

De qualquer maneira, não é isso que vai resolver o problema, e sim a conscientização de maneira ampla. Com relação a essa questão do enquadramento, que foi muito bem colocada, é fundamental que estudemos mais a fundo sobre ela para tentarmos fazer as modificações.

Coloco a Polícia Civil totalmente à disposição da senhora, especificamente, da Câmara Legislativa e da população do Distrito Federal, para receber denúncias, dados e informações.

Mais uma vez, agradeço o convite. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Obrigada, doutor Leonardo.

Eu quero dizer que, infelizmente, há pessoas que foram ameaçadas com tiros e tudo o mais quando estavam andando por aquela região, procurando conhecer o local. É muito importante que a polícia esteja acompanhando isso. Além dos crimes ambientais, há também essa questão.

Nessa configuração da defesa do rio Melchior, eu vou ler o que está escrito na faixa: “Salve o rio Melchior e a Arie JK” – como disse o deputado Gabriel Magno. É muito importante que a Polícia Civil e, principalmente, a Delegacia do Meio Ambiente estejam acompanhando isso. Muito grata.

Concedo a palavra à senhora superintendente substituta de Recursos Hídricos da Adasa, a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal, Juliana Pinheiro Gomes.

JULIANA PINHEIRO GOMES – Boa tarde a todos. Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite, senhora deputada, em nome do nosso diretor-presidente, doutor Raimundo.

Diante do que já foi posto, acho interessante falar um pouco das atribuições da nossa agência. A Adasa é a Agência Reguladora de Águas, órgão gestor de recursos hídricos do Distrito Federal, e também responsável por regular o serviço de saneamento. Dentro das suas competências, o que

podemos trazer de esclarecimentos ao que a Adasa pode contribuir com a preservação do rio Melchior? Como órgão gestor de recursos hídricos, a Adasa realiza a regulação dos usos do rio Melchior. Como instrumentos que ela utiliza para fazer essa regulação dos usos, nós podemos citar a outorga. Hoje, os lançamentos dos efluentes tratados, sejam da Caesb, sejam do SLU, são outorgados pela Adasa. A Adasa tem essa responsabilidade e realiza a fiscalização de usos do rio Melchior, de captações irregulares ou de lançamentos irregulares.

Aproveito essa fala para deixar os canais da Adasa abertos à recepção de denúncias, para que possamos fazer alguma avaliação de irregularidades de uso. A Adasa realiza também o monitoramento qualitativo e quantitativo do rio Melchior. Como a discussão foi muito direcionada para a parte de qualidade, acho importante esclarecer, deputada, que a Adasa segue os regramentos vigentes. Hoje o enquadramento, como já foi posto, do rio Melchior é classe 4. No Conama, os parâmetros que hoje apresentam valores de referência para a classe 4 é o pH e o oxigênio dissolvido. Então, os atos de outorga da Adasa e o monitoramento seguem esse regramento do Conama, mas a Adasa, numa visão mais conservadora, estabeleceu também um valor de referência de DBO para o rio Melchior, por mais que ele não esteja estabelecido na resolução do Conama.

O que é importante entendermos é que o monitoramento de qualidade da Adasa é voltado para verificar o atendimento ou não do enquadramento baseado nesses valores de referência estabelecidos pela agência. Esse monitoramento é realizado com uma frequência trimestral no ponto de controle da unidade hidrográfica, que também é um ponto definido como referência no Plano de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e é divulgado, deputada, no nosso sistema de informações de recursos hídricos, acessado pelo *site* da Adasa. Esse dado é público e apresenta alguns conjuntos de parâmetros analisados.

Além de a Adasa ter a competência como órgão gestor de recursos hídricos, ela é também responsável pela regulação do serviço de saneamento. Então, o que isso engloba e qual o impacto disso na preservação rio Melchior é que a Adasa tem por competência fiscalizar a prestação de serviços, tanto os da Caesb quanto os do SLU. As áreas responsáveis fazem esse acompanhamento rotineiro e atuam fiscalizando e lavrando autos de infração quando necessário.

Eu fico aberta a responder qualquer questionamento e coloco a Adasa à disposição da casa e de todos os presentes para solucionar dúvidas. Quero deixar bem claro que nós técnicos e também a diretoria estamos à disposição para essa atuação articulada em todos esses grupos, ações ou outras sessões que ocorram relacionadas ao tema do rio Melchior. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, Juliana.

Eu já quero fazer uma intermediação, porque o Ricardo trouxe que a Adasa não está participando do grupo de trabalho, e é muito importante a presença de vocês. Então, já deixo isso registrado.

Ao que parece, vocês assinaram esse termo de acordo do grupo. A Adasa foi convidada a participar? Ela foi convidada?

JULIANA PINHEIRO GOMES – Eu posso levar isso para discussão da nossa diretoria para ser avaliado melhor.

RICARDO MINOTI – A Adasa é o órgão gestor de recursos hídricos. Não há cabimento estarmos num grupo dentro do comitê de bacia, e a Adasa não participar dele para discutir. Não é para emitir opinião, porque sabemos que apenas a diretoria colegiada pode emitir opinião, mas para tirar dúvidas técnicas. E precisamos desse acompanhamento.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Então, fica aqui o nosso pedido.

JULIANA PINHEIRO GOMES – Vou levar a demanda à nossa diretoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu gostaria até de saber se esse elo será consolidado e se tornará realidade, Juliana. Fica aqui o meu pedido ao presidente. Estamos com o Chico aqui, e penso que isso seja muito importante para todos nós, porque, realmente, não há como discutir com o ente responsável, inclusive por essa classificação, sem ele estar presente.

Eu sou do serviço privado, e o que eu percebo no serviço público é que há muita sobreposição e muitas pessoas fazendo as coisas separadas. E, ao nos unirmos, podemos economizar tempo, dinheiro. Assim, a política pública acontece. Então, é fundamental a presença de vocês lá. Fica aqui o nosso pedido para que isso aconteça.

Concedo a palavra à senhora superintendente de operação e tratamento de esgotos da Caesb,

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, Ana Maria Mota. Muito grata.

ANA MARIA MOTA – Boa tarde, deputada Paula Belmonte e todos.

Quero cumprimentar todos em nome do presidente da nossa companhia, senhor Luís Antônio. Agradeço à deputada a oportunidade para falar um pouco do trabalho da Caesb.

Eu sou do quadro técnico da companhia, trabalho na Caesb há 30 anos e sempre trabalhei com tratamento de efluentes. Para mim, é sempre um prazer falar desse tema. A minha vida inteira trabalhei com tratamento de efluentes, e eu gosto de falar sobre o assunto. Acho que é uma discussão muito válida, porque só juntos conseguiremos melhorar os processos.

Como o deputado falou, a cidade é dinâmica e, ao longo desses 30 anos, sempre observei que há oportunidade de melhoria. A Caesb – posso afirmar – é uma empresa que está sempre muito comprometida com os seus resultados. Hoje, o sistema de esgotamento sanitário do Distrito Federal conta com 16 estações de tratamento de esgoto e 2 delas, as ETEs Melchior e Samambaia, lançam efluentes tratados no rio Melchior.

A localização do Distrito Federal está diretamente ligada às tecnologias de tratamento de esgoto que a Caesb utiliza. Então, se formos avaliar nacionalmente, em todas as unidades da Federação, a Caesb hoje é uma companhia que é referência em tecnologia de tratamento de efluentes. Como já foi discutido pelos outros colegas, estamos em uma região de nascentes. Temos água de muito boa qualidade, mas não temos água em grandes quantidades. Isso acabou impondo à companhia, ao longo dos anos, a melhoria dos seus processos de tratamento buscando tecnologias que pudessem melhorar o efluente e lançá-lo ao rio com uma boa qualidade – diferentemente do que foi comentado, quando disseram que não há fiscalização.

Quanto às outorgas a que a companhia é submetida, a qualidade do tratamento do efluente que é lançado nesses rios, normalmente, é muito fiscalizada. Nós somos licenciados tanto pelo Ibram quanto pela Adasa. As outorgas emitidas pela Adasa são bem restritivas com relação à qualidade do efluente lançado nesses rios. Então, isso acaba impondo à companhia a necessidade de um investimento contínuo.

Falando especificamente da ETE Melchior, nos últimos anos, a Caesb investiu em torno de 50 milhões de reais em melhorias do processo de tratamento dessa unidade. Agora, a companhia tem uma previsão de investimento em torno de mais de 100 milhões de reais para melhorar ainda mais o processo de tratamento, com desinfecção, com aumento da segurança operacional dessa unidade, com construção de uma unidade de polimento final. Então, para os próximos anos, a companhia já tem uma previsão de investimento para melhorar ainda mais o processo de tratamento dessa unidade.

Nós temos um programa de monitoramento dessa unidade. Há coletas 24 horas por dia do efluente dela. Há equipamentos de monitoramento *online*. Monitoramos 24 horas por dia a qualidade do efluente que é lançado no rio. Há um grande volume de esgoto. Lançamos por dia em torno de 100 milhões de litros de esgoto tratado.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Só lá no rio Melchior?

ANA MARIA MOTA – Só no rio Melchior.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – São 100 milhões de litros?

ANA MARIA MOTA – Cem milhões de litros de esgoto tratado, o que representa, como já foi dito aqui, aproximadamente 40% da população do Distrito Federal. Esse é um volume muito grande para um rio que tem baixa vazão. Essa questão do enquadramento do rio está muito relacionada à quantidade de esgoto tratado que é lançada nele em relação ao volume de água do rio. A companhia investe continuamente na melhoria da qualidade do efluente tratado, mas temos que lançar esse esgoto em algum ponto e o rio Melchior foi escolhido lá atrás como ponto para receber esse efluente.

Como eu comentei, a companhia está investindo, há previsão de melhorar ainda mais os processos de tratamento, mas ainda vão ser os 100 milhões que vão ser lançados.

É isso o que tínhamos a comentar. Estamos abertos a questionamentos, a considerações. A quem está nos acompanhando – eu vejo o pessoal do Movimento Salve o Melchior –, estamos sempre juntos, a companhia recebe visitas continuamente – toda semana recebemos visita. Ela está aberta para receber visitas, conhecer os processos de tratamento e conhecer a qualidade do efluente que é lançado. É isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, Ana Maria.

Eu quero marcar um horário para que nós possamos conhecer esse ciclo e estar mais juntos para entender. Eu só queria tirar uma dúvida: quando eu estive no SLU – inclusive isso não foi falado –, houve o rompimento de uma barreira de uma bacia dessas. Houve um rompimento – eu até estive nessa bacia que estava rompida –, e vocês fizeram uma ao lado. E existe esta situação com a Caesb: aconteceu há um tempo esse rompimento. Eu quero entender como foi e quais as medidas que vocês estão tomando para não acontecer isso novamente.

ANA MARIA MOTA – Houve o rompimento de uma rede, uma travessia. Então, todo o esgoto de Ceilândia, Taguatinga e Águas Claras chega em um ponto próximo do P Sul e ele faz uma travessia por cima do rio Melchior para chegar à estação. Esse esgoto é bombeado, chega por gravidade. Há várias unidades de bombeamento. O esgoto é bombeado até chegar à estação. E ele passa por essas tubulações, que é uma travessia. Em um período de chuva, houve um aporte e acabou entrando muita água de chuva na rede de esgoto. Então, isso sobrecarregou essa rede, e houve o rompimento de uma das redes. Há uma redundância. Na verdade, são 2 redes. Uma rede se rompeu e acabou danificando a estrutura da segunda rede. Assim, houve o rompimento das 2 redes. O que a companhia fez? Investiu em torno de 10 milhões de reais, substituiu as 2 redes. Então, temos uma redundância hoje. Há 1 rede operando e 1 rede reserva. No caso de problemas, a rede reserva está pronta para entrar em operação. Foi feito todo o conserto de substituição dessa rede, e as 2 hoje estão operacionais.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, Ana. Eu quero marcar um horário depois.

ANA MARIA MOTA – Podemos marcar o horário. Para quem tiver interesse em marcar horário, sempre recebemos visitas.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu vou avisar os membros da comissão, se quiserem estar juntos. Isso é muito importante.

Concedo a palavra ao senhor José Francisco Gonçalves Júnior.

JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR – Serei rapidíssimo. Eu gostaria de perguntar à colega. Ela disse que no rio Melchior há em torno de 60 milhões de litros tratados por dia. Então, por dia, o rio Melchior recebe 100 milhões de litros. Eu fiz o cálculo rapidamente e posso estar enganado: a vazão por dia do rio Melchior – informação que peguei rapidamente pela internet – é de 86.400 litros por segundo. Isso dá, em volume, para o mesmo tratamento da Caesb, 61 milhões. É o volume médio do rio Melchior por dia, ou seja, são quase 2 vezes o volume do rio que a estação de tratamento lança no rio Melchior.

Vocês têm esse cálculo? É isso mesmo?

ANA MARIA MOTA – Eu não o tenho o cálculo aqui, porque sou da área de tratamento de efluentes. Há uma área da Caesb que trabalha com o monitoramento do rio, mas, em termos de volume, de balanço hídrico do rio, eu não tenho a informação de como varia a vazão dele em relação ao volume de esgoto tratado. Mas o volume de esgoto tratado é significativo em relação ao volume de água do rio.

JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR – Se for isso, deputada, há 2 rios Melchior de esgoto por dia.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – É. Exatamente.

JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR – Então, o rio Melchior é o esgoto da ETE.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Ele é o esgoto tratado, vamos dizer assim. Realmente, essa conta é séria.

JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR – Eu posso estar enganado quanto ao cálculo, porque o fiz rapidamente, mas foi só para dar um parâmetro à senhora e a todos que estão presentes a esta audiência pública.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – É bem significativo o que está sendo falado. Quero ver se conseguiremos ir até lá para ver isso de perto; com certeza haverá técnicos lá para responder. Já ficam todos convidados. Quando formos, publicaremos antes a informação, para que as pessoas que quiserem ir também possam comparecer.

Concedo a palavra à Ana Maria Mota.

ANA MARIA MOTA – O volume de água no rio varia muito com relação ao período, à estação do ano. No período de estiagem, realmente o volume de esgoto tratado em relação à vazão do rio é

significativo. Então, mudar o enquadramento seria praticamente lançar o esgoto tratado enquadrado.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – É. O desafio é grande.

Concedo a palavra para a senhora superintendente de Fiscalização, Auditoria e Monitoramento, do Ibram, Instituto Brasília Ambiental, Simone de Moura Rosa.

SIMONE DE MOURA ROSA – Boa tarde a todos. Agradeço o convite para estar aqui. Estou representando o Rôney Nemer, do Instituto Brasília Ambiental. Obrigada por estar novamente em uma audiência pública sobre o rio Melchior.

Eu anotei algumas informações e até mudei um pouquinho o meu roteiro de fala, analisando algumas falas anteriores.

Sobre a temática do assunto da audiência pública de hoje – adensamento e preservação do meio ambiente –, eu vou rememorar um pouquinho a minha entrada como auditora fiscal do meio ambiente há 14 anos, quando as minhas primeiras ações eram no Sol Nascente, fazendo as vistorias das ocupações irregulares. Nós acionávamos as pessoas do DF-Legal, como o colega Guto, para fazer a retirada das ocupações. Sempre me causava estranheza as pessoas construírem casas a menos de 50 centímetros de um curso d'água ou elas quererem ter em seu quintal uma cachoeira, daquelas cachoeiras tão pequenas.

Eu sou de Ceilândia e não sabia que existiam tantas cachoeiras naquela região do Sol Nascente, porque, quando eu era pequena, aquela região era cheia de vegetação, de mato alto, nem íamos muito por ali. Hoje, depois de todas as ocupações que já estão consolidadas no Sol Nascente, que estão sendo licenciadas para fazerem obras de drenagem, observamos que, em épocas de chuva – eu não vou nem citar o Sul, porque temos situações que acontecem aqui também –, há enxurradas que até carregam pessoas. Às vezes, eu vejo isso passar na televisão.

Isso mostra a influência direta do adensamento dentro da natureza e como estamos mexendo na geografia do local. Fazemos edificação, impermeabilizamos o solo, fazemos supressão de vegetação, e essa água da chuva não terá como entrar no solo novamente para recarregar as nossas nascentes, os nossos aquíferos. A água não vai mais diretamente para o curso d'água como ia antes; ela vai passando pelas vias, pelos asfaltos, levando as sujeiras, os resíduos que as pessoas jogam na rua, levando a turbidez, a terra, a poeira. Tudo que está na água vai para o curso d'água. Isto também influencia a qualidade do curso d'água: não termos uma drenagem correta, um sistema de captação correto da água da chuva; isso tudo influencia a qualidade de um rio.

O rio Melchior é o único rio do Distrito Federal que é classe 4. Em termos de fiscalização, observamos todas as resoluções e as normatizações que existem para um rio ser classe 4 e fazemos a fiscalização dentro desses padrões. As empresas que lançam efluentes não estão liberadas para poluir. Todas elas têm um licenciamento ambiental e precisam estar dentro dos parâmetros para poder jogar efluentes ali. Quando as empresas obtêm a emissão da licença, precisam fazer os relatórios mensais e anuais, os quais sempre estamos acompanhando.

Eu vou falar especificamente das 3 que são sempre mais citadas: JBS, Caesb e SLU. Todas elas têm licenciamento ambiental. Há um limite de efluentes que elas podem emitir. Esses limites foram estudados de acordo com a capacidade de suporte do curso d'água naquele local onde elas emitem, que é bem na parte inicial. Elas até são muito próximas, e a fiscalização sempre está acompanhando justamente pela delicadeza do rio Melchior. O fato de ele ser nível 4 não quer dizer que a fiscalização não olhe para ele; quer dizer o contrário: que nós temos muita atenção com ele. Qualquer situação que acontecer ali é muito mais sensível para o meio ambiente.

Os acidentes acontecem – é óbvio que acontecem. Já aconteceram acidentes na JBS, acontecem acidentes na SLU, acontecem acidentes na Caesb. Esses são todos apurados. Vemos o tamanho da extensão deles e pedimos que seja feita a compensação via auto de infração. Nós multamos as empresas muitas vezes também para que elas se adequem.

Este seria o ponto final da minha fala, mas eu vou até adiantar: neste ano, houve um extravasamento na Caesb. Também autuamos a empresa Hydros, no SLU. Sempre que as situações vão acontecendo, eles são obrigados a nos informar, em razão da licença deles, e nós vamos verificar se o que o SLU, a Caesb e a JBS estão falando confere com aquilo que verificamos. A partir disso, fazemos as autuações devidas.

Algum tempo atrás, houve um vazamento de esgoto bruto, e esse tipo de acontecimento influencia muito na qualidade do rio. Também fazemos mensurações em vários pontos do rio, onde nós – o Ibram – vamos fazendo análise. O rio corre e, em uma parte, ele é classe 4; um pouco mais à

frente, chegando já na bacia do Descoberto, ele não é mais classe 4; se não me engano, ele passa a ser classe 2. Todas as empresas que fazem o despejo de efluentes no córrego (sic) Melchior, além dessas 3, precisam ser licenciadas.

Então, no rio Melchior, não é permitido lançamento irregular. Tudo tem que ser licenciado, tudo tem que estar dentro do parâmetro, seja uma empresa grande como a JBS, seja um lançamento grande como o da Caesb, seja aquele pequeno açougue residencial que às vezes lava o seu maquinário e acha que pode jogar a água da lavagem no córrego – não pode.

Sempre que possível, nós, da fiscalização ambiental, também tentamos dar informações às pessoas. Sabemos o quanto isso incomoda a população, mas, em um rio classe 4, as pessoas não podem mesmo entrar para se banhar, não podem utilizar a água para irrigar os alimentos. As pessoas não podem fazer nada além de contemplar, porque é um rio que não pode ser utilizado para nenhuma outra finalidade, já que, realmente, traz riscos à saúde.

Vamos voltar agora ao assunto do SLU, um dos pontos que eu também trouxe.

Todos os efluentes são analisados dentro dos parâmetros permitidos. Quando os chorumes que são lançados, pelo SLU, dentro do Melchior, seguem os parâmetros, dentro da normatização, não há interferência além do previsto. Eu já fui lá algumas vezes fazer vistoria e, nos testes que a empresa faz para nós, o chorume sai na qualidade de um copo de água: claro, translúcido e sem cheiro. Então, se forem seguidos os parâmetros dados pelo licenciamento ambiental e pela normatização, esse chorume não vai trazer interferência maior do que aquela prevista. O mesmo vale para a Caesb: se ela lançar todos os efluentes de acordo com aquilo que a legislação permite, não vai trazer uma interferência a mais do que já prevemos enquanto órgão ambiental.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Simone, desculpe-me por interrompê-la. Eu gostaria de fazer uma pergunta exatamente sobre sua fala para eu entender algo. Quando você fala que a água sai transparente desse jeito, eu acredito, pelos produtos químicos e tudo – eu cheguei a ver. A situação é: quando você fala que vai ao local fazer uma fiscalização, é lógico que as pessoas vão atuar nos melhores parâmetros. O que eu gostaria de saber é o seguinte: qual é a ação do Ibram, tendo consciência de que o cano do chorume está dentro do rio, submerso, ao invés de fora, para que qualquer pessoa não precise ir lá do outro lado do rio para conseguir ver que a água está transparente? Essa fiscalização será feita pelo Ibram, mas também pela população. Qual é a atuação nesse sentido? Porque essa é uma determinação também: esse cano estar exposto para que as pessoas que estão passando lá possam vê-lo. O que vocês já fizeram a respeito disso?

SIMONE DE MOURA ROSA – Em específico, esse cano que sai do SLU fica em um lugar bem escondido mesmo. Ele fica dentro da área do SLU.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Nós estivemos lá. Fomos até a ponta dele.

SIMONE DE MOURA ROSA — Não é um lugar de fácil acesso para as pessoas irem até lá e verificar.

Nós não vamos à amostra final para verificar. Nós comparamos todos os relatórios, de todas as fases, que precisam ser apresentados.

Vou colocar a parte que nos preocupa. Já coloquei todas as partes boas. Agora, vou colocar as que nos preocupam.

Em época de seca, preocupam-nos muito as emissões. Nós, seres humanos, não deixamos de produzir esgoto em época de seca. Porém, o curso da água é reduzido nessa época. Então, nós verificamos uma grande quantidade de espuma. As pessoas acabam nos acionando muito. Nós sempre estamos lá, verificando. Vamos várias vezes à Caesb. Eu já fui lá e já vi espuma de quase 3 metros! Nós ficamos preocupados e sempre pedimos os relatórios para compará-los e verificar se houve algum acidente, se houve alguma situação extemporânea.

Outra situação que nos causa preocupação são os períodos de chuva. As estações tanto da Caesb quanto do SLU possuem as lagoas, as bacias de contenção. Em épocas de chuva, se chover muito acima do permitido, é preciso que haja uma medida de prevenção. Caso a água seja tanta, é preciso fazer algo para a bacia de contenção não transbordar e não sair dos limites previstos. Então, são nessas 2 épocas que sempre estamos atentos.

Vamos voltar às ações que têm sido feitas. Neste ano, em janeiro, autuamos a empresa Hydros – que faz o tratamento do chorume –, por um acidente que aconteceu. Foi preciso autuá-la em mais de 50 mil.

Eu até queria perguntar para a colega da Caesb que falou do acidente, mas acho que ela estava se referindo a uma data mais antiga. Nós tivemos a informação de que aconteceu um acidente na Caesb e houve um extravasamento de esgoto *in natura* que percorreu toda a área da Caesb e chegou até o aterro do SLU. Nós já fomos lá fazer algumas vistorias. Estamos fazendo a mensuração disso.

Então, o Brasília Ambiental, deputada, sempre está mediando essas situações. Em prol do meio ambiente, verificamos a situação, conferimos se o que as empresas nos informam é verdade, se aqueles dados são verídicos.

Nós também precisamos sempre da participação da comunidade, porque não conseguimos ter olhos em tudo. Existem alguns locais – não só nesses – onde pode ocorrer algum despejo irregular em cursos d'água. Mesmo sendo um curso classe 4, não é permitido. Então, denunciem. Façam isso pela ouvidoria ou mandem mensagem. Nós atendemos mensagens de *e-mail*, ligações. Nós vamos ao local verificar. Não é permitido nenhum tipo de despejo irregular no curso d'água. Nós queremos preservar.

Verificamos sempre a classificação do rio – óbvio –, mas, para a fiscalização ambiental, pouco importa se o rio é classe 1, 2, 3 ou 4, quando vamos ver um despejo irregular. A situação é a seguinte: não é permitido fazer nada sem que a licença seja concedida. Esse ponto é importante.

Sei que aqui há várias pessoas que fazem parte de grupos e de ONGs que ajudam o rio Melchior. Então, peço isto: sempre que vocês verificarem ou que souberem que houve despejo irregular, acionem-nos.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, Simone.

Eu vou fazer algumas considerações: vejo que nós precisamos fazer uma conjunção de fatores, porque o Ibram, com certeza, não tem braço para fiscalizar toda a situação. Para mim, soa muito difícil entender que a própria empresa tem que acionar falando que fizeram coisa errada. Com certeza, não vão fazer.

Só um pouquinho, já passo a palavra para o senhor.

Precisamos, como foi colocado, de um monitoramento que seja diário, mensal. Hoje, nós temos a inteligência artificial. Então, que isso seja coletado no momento, na hora. Precisamos ter essas informações, independentemente de quem esteja fazendo, porque 50 mil reais é muito pouco em relação ao prejuízo para a população. É muito pouco.

Eu quero me colocar à disposição, até para conhecer esse sistema de monitoramento, mas eu gostaria de, também, conversar a respeito desse acordo de cooperação entre o Ibram e a UnB. É preciso disponibilizar esse monitoramento, para que ele seja 24 horas, em horários alternados, e para que ele se torne efetivo, a fim de entendermos, realmente, o que está acontecendo no rio Melchior.

Esse dado colocado é muito importante, pois nós estamos falando que praticamente 2 vezes o que o rio Melchior tem de volume de água está sendo colocado de esgoto. Isso, num momento de chuva ou de seca, pode até aumentar. É uma preocupação muito grande. Estou saindo da audiência mais assustada do que eu já estava.

Eu passo a palavra rapidamente ao representante do nosso SLU, o senhor Wanderley das Chagas. O senhor aperta para mim, seu Wanderley, por gentileza? Pode falar.

WANDERLEY DAS CHAGAS ALBUQUERQUE – Só para fazer uma ponderação: nesse período de chuva mais intensa, hoje, nós contamos com 3 lagoas de reserva, mais uma lagoa principal e 2 reatores. O SLU, hoje, com esse período de chuva maior que houve, nós chegamos a uma capacidade máxima de 65% de ocupação das lagoas.

O SLU sempre está atuando na fiscalização de todo o tratamento do chorume antes de ele ser lançado no corpo hídrico. Na saída dos filtros, realmente, é coletado o chorume tratado. Não é lançado o chorume, e, sim, o efluente já tratado, que sai mais ou menos da cor realmente da água, mas essa água não pode ser bebida.

A contribuição do SLU hoje, no seu período chuvoso, chega à capacidade diária máxima de 2.210 metros cúbicos lançados no corpo hídrico. Ou seja, é bem inferior do que é lançado hoje pela Caesb. Se fizermos hoje uma ponderação da capacidade que o rio Melchior recebe da Caesb e do SLU, poderemos verificar que o que o SLU lança no corpo hídrico é bem menor.

Qualquer acidente que venha a ocorrer dentro do Aterro Sanitário de Brasília ou dentro de qualquer órgão da unidade do SLU, quem aciona tanto a Adasa quanto o Ibram é o próprio SLU, e não a contratada.

Temos fiscalização dentro do aterro sanitário hoje por 24 horas. Sábado, domingo, sempre está havendo a fiscalização. Os nossos técnicos vão lá, dia e noite, e fazem sempre uma coleta desse material na saída do filtro, antes de ele ser lançado no corpo hídrico, para verificar se ele está com cor, se há turbidez correta, se ele está com mau cheiro ou não. Caso haja qualquer alteração desse produto, já é comunicado ao gerente, que sou eu. Vamos até o local e tomamos as devidas providências.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Wanderley, quanto é o lançamento?

WANDERLEY DAS CHAGAS ALBUQUERQUE – Hoje, no período chuvoso, lançamos no máximo 2.210 metros cúbicos por dia. No período de seca, é bem inferior, cerca de 400, 800 metros cúbicos.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Solicito ao nosso gabinete que envie um pedido ao SLU para que resolva a situação daquele cano que fica na parte de cima, porque eu fui lá e não posso ser testemunha dessa fala de que a água sai transparente desse jeito, por quê? Porque não conseguimos enxergar a cor da água. Para que não haja falha humana – que pode acontecer –, é muito importante que exista essa política de transparência. Também farei esse mesmo pedido ao Ibram, para que faça essa fiscalização.

WANDERLEY DAS CHAGAS ALBUQUERQUE – Eu ficarei muito grato se a deputada comparecer novamente ao SLU, ao aterro sanitário. Teremos o maior prazer em demonstrar a saída do efluente já tratado. Realmente, a fiscalização no corpo hídrico, como a senhora verificou, é bem distante, mas, durante o dia, os nossos fiscais sempre vão lá, fazem o registro fotográfico, fazem o registro visual para verificar se há alguma mudança de turbidez, de cheiro no corpo hídrico. Isso é feito todos os dias na saída dos filtros.

A senhora foi lá em um sábado, e eu não estava como gerente do aterro ainda, eu estava nas usinas. Quando a senhora for lá novamente, mostraremos todo o procedimento depois de tratado e poderemos acompanhar a senhora e sua equipe.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Quando eu for à Caesb, eu irei lá. Muito grata.

Passo a palavra ao nosso querido secretário do Meio Ambiente, Proteção Animal do Distrito Federal, senhor Gutemberg Gomes, pessoa que entende muito do assunto, que tem essa conexão realmente verdadeira. Para mim é uma alegria conhecê-lo pessoalmente. Já tínhamos nos falado por telefone, mas pessoalmente é a primeira vez que eu o vejo.

Seja muito bem-vindo à nossa casa, a casa do povo.

GUTEMBERG GOMES – Obrigado, deputada Paula Belmonte. Eu sou um gestor do diálogo. Então, toda vez que eu for convidado, virei com muito prazer, pois faço questão de participar de todos os fóruns. Eu sou um secretário de Estado de Meio Ambiente que coordeno, presido o Conselho de Meio Ambiente, o CRH, participo de todos os fóruns, porque a discussão democrática é fundamental para a assertividade da política pública.

Cumprimento a deputada Paula Belmonte e agradeço o convite para este debate completamente profícuo, para que façamos os ajustes necessários. Saúdo também o deputado Gabriel Magno, o deputado Max Maciel. Estivemos juntos ontem em um fórum no Ministério Público. Fizemos um debate riquíssimo em que a Sema participou de todos os painéis técnicos, deputada. Conseguimos fazer discussão técnica, entendendo que temos mais diagnósticos. Temos uma vontade enorme de acertar na construção da política pública.

Para isso, temos trabalhado a transversalidade. Costumo dizer que a política ambiental não vai ter êxito se ficar, de um lado, a Sema e, de outro, o Ibram. São vinculados o SLU e a Adasa. A Caesb não é vinculada, mas é fundamental. A Caesb é ambiental. A ideia é, de fato, trabalharmos dialogando e fazendo a transversalidade.

Faço isso com os órgãos ambientais e com o conjunto do governo. Converso com a Casa Civil e com a Secretaria de Governo para, de fato, termos uma política ambiental profícuo.

Faço isso também com a esfera federal. Fui auxiliar da ministra Marina Silva, uma amiga. Trabalhei também com o hoje presidente do ICMBio e com o presidente do Ibama. Temos dialogado muito. Temos trazido coisas muito interessantes como, por exemplo, a política de resíduos sólidos. Fizemos um convênio em 2020 e o recuperamos agora. Conseguimos, no ano passado, comprar 3 maquinários para tratamento de plástico, vidro e efluentes, pensando no reuso da água.

Hoje, existem 5 redes de cooperativas de catadores e de catadoras e mais de 2 mil catadores. A maioria, 70%, é de mulheres. Valores são agregados a essa política de resíduos sólidos. Colocamos o

material deles na prateleira de cima e agregamos valores para a comercialização. Isso foi fruto de uma parceria com o Ministério do Meio Ambiente.

Quero agradecer a toda a equipe da Sema, presente. Nós nos dividimos, somos poucos. Alguns estão no Ministério Público; alguns, aqui. Temos trabalhado ouvindo e, de fato, construindo a política pública.

Também no tocante à política de resíduos sólidos, há os pontos de entrega voluntária. Trata-se da logística reversa, uma política que regulamentamos recentemente. Estamos conseguindo diminuir o impacto dos resíduos de eletroeletrônicos jogados ao léu e agregar valor também. Temos um contrato pelo qual recolhemos esse lixo eletrônico – costume dizer que são mais de 30 quilos de resíduos – nas casas das pessoas. Temos feito um trabalho diuturno para diminuir os impactos. Isso versa sobre o aterro também.

Professor Raimundo, temos consciência de que não dá para falar da temática do Melchior sem falar do contexto da política ambiental. Sou um secretário que, nos anos 90, sofreu um atentado. Levei 5 tiros cuidando de uma unidade de conservação! Lá, delegado, era uma coisa de doido, não se agregava valor, os empresários diziam que éramos ecochatos e que não ganhariam dinheiro com isso. Hoje, há grandes instituições financeiras querendo o verniz da sustentabilidade. Lá atrás, professor Raimundo, falávamos de ecologia. Hoje, parece que desenvolvimento sustentável virou lei. O gestor privado ou público que não faz o desenvolvimento sustentável não é um gestor moderno. Desenvolvimento sustentável é a consciência e a atitude. Por isso que a Sema trabalha muito a educação ambiental.

Ano passado houve o encerramento do projeto CITInova, deputada, em parceria internacional com o PNUMA e nacional com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em que entregamos vários projetos pilotos. Entre eles, projetos na bacia do Paranoá e do Descoberto, fazendo o reflorestamento. Mas vamos além – quero saudar a sociedade civil por meio da minha querida Lucinha, que está presente e me dá uns apertões na Sema, que está sempre de portas abertas – porque, ouvindo a sociedade civil, conseguimos avançar. Ali, ouvindo a sociedade, conseguimos fazer um debate claro para apontar a política que queremos.

Quero falar um pouco do nosso bioma. Vou chegar ao Melchior falando para o Ibram, para o SLU, para a Caesb e para todos os entes governamentais que somos um governo que dialoga.

Eu não passo 1 dia sem conversar com o Rôney Nemer, presidente do Ibram. Não passo 1 dia sem conversar com os técnicos da Adasa e, lógico, converso muito com Raimundo Ribeiro. Temos que ficar atentos aos nossos desafios, pois as emergências climáticas estão batendo à porta.

O senhor fez uma provocação interessante e vou devolvê-la. Acho que trocar números não é profícuo, mas digo à Caesb que temos que ter transparência, deputado Max Maciel. Se há números de que não sabemos – não deve ser uma conta de padaria –, precisamos apresentá-los.

A deputada Paula Belmonte, o deputado Max Maciel e todos os parlamentares têm um papel fundamental, que é, de fato, fazer essa discussão, apontar as recomendações para que consigamos fazer a concertação.

Quando cheguei ao governo, o governador Ibaneis e a vice-governadora Celina falaram para mim: cuide do meio ambiente. Percebi a encrenca que era. Ou seja, sozinho você não consegue fazer nada. Por isso começamos a dialogar muito nesse sentido.

Professor Ricardo, o senhor fez um apelo para que a Adasa acompanhe o GT. Vou fazer o seguinte: saindo daqui, vou ligar para o Raimundo Ribeiro e fazer essa concertação. A Adasa seguramente o comporá, porque trabalhamos de forma transversal. Este é um compromisso meu: vou conversar com o presidente da Adasa, e a Adasa vai compor esse GT até porque, hoje, ela é a secretária-executiva do CRH.

Quando eu cheguei, a Adasa não estava compondo o CRH, deputada. Não faz sentido. Como é que a Adasa vai falar de outorga e de fiscalização do lado de lá, e a Sema vai ficar elaborando e coordenando a política ambiental, sem nenhuma afinidade entre elas?

A Adasa hoje, por meio de uma portaria de minha autoria, compõe o CRH e, seguramente, comporá o GT.

Por último, quero dizer que eu fico muito feliz com este debate. Quando eu ouço falar do rio Melchior – dos impactos que advêm dele, eu não vou voltar às falas anteriores –, vejo que, de fato, foi uma decisão política. Uma decisão política, porque eu não posso negar uma política essencial, que é a habitação. Eu estou elucubrando, mas, lá atrás, havia necessidade de 3 cidades, e o governo,

seguramente, precisava implementá-las.

Então, houve uma decisão política. Mas nós estamos no século XXI. Quando o professor Ricardo fala da parte de cima, eu fico otimista. Eu vou ser um fiel escudeiro para persistirmos no menor impacto na parte de cima do rio. Porque, de fato, deputada, nós temos uma classificação 4, mas o professor Raimundo falou uma coisa interessante: ela vai caminhando até o Corumbá.

Se não conseguirmos trabalhar isso para minimizar esse impacto, nós vamos ter problema, porque o DF busca água no Corumbá. A senhora, ao telefone, no ano passado, me falou: "Secretário, existe uma comunidade sofrendo". Então, nós precisamos dar atenção global.

Eu estive em Recife, por meio do CITInova, e conheci uma técnica, que são os jardins filtrantes. É bem interessante. Depois, eu quero conversar com a senhora sobre ela, porque nós vamos precisar de recurso para isso.

O deputado Gabriel Magno falou uma coisa interessante: nós precisamos rever os recursos, porque, se todos os parlamentares ficarem atentos a isso e disponibilizarem recursos para a política ambiental, avançaremos muito.

Eu acho que nós temos técnica para isso. O professor Raimundo fala: "Olha, é caro!" Mas eu gosto, professor, de combinar preço com criatividade. Eu acho que avançamos muito com criatividade, porque o problema existe e o que nós precisamos fazer é minimizá-lo.

Por último, eu quero falar do nosso bioma e das compensações ambientais. Eu fiquei muito atento aqui. Nós precisamos, deputado Max Maciel, conversar com a Terracap e com os outros órgãos, para que tenhamos as compensações nos lugares de maior impacto. Você tem razão nisso. Não dá para a compensação ficar solta. Houve um impacto na porção do território x e ela vai ser aplicada no território y? Eu acho que foi mais ou menos isso que você falou.

Podemos fazer isso por meio de diálogo. Eu tenho conversado muito com a Terracap e chamado atenção para isso. Vocês ouvem falar que a floresta está, de fato, sendo preservada e que o desmatamento está vindo para o bioma Cerrado, mas será que é isso, pessoal?

O Distrito Federal, dos 12 estados do bioma Cerrado, foi o único que teve condição de assinar a Resolução Conaredd+ Cerrado, lá no Ministério do Meio Ambiente. Ele está elegível para captar recursos internacionais, o único dos 12. Nós fizemos isso e agora, deputada, nós vamos apresentar um projeto para o governo federal no segundo semestre para dizer: "Não há um fundo para o Cerrado". Do fundo da Amazônia nós temos 20%, nós queremos um pouco para ele. De fato, nós temos que dar atenção a esse bioma, porque é como a senhora falou, ele é a caixa d'água do país!

Delegado, comando e controle dão certo na Amazônia. Eu tenho experiência, eu conheço a Amazônia, eu pisei na Amazônia, eu trabalhei na Amazônia. Quando você derruba uma árvore de 60 metros, não é o satélite que pega, é porque, de fato, você abre uma clareira que qualquer sobrevoo de órgão de fiscalização a detecta. O desmate é homeopático no Cerrado, nós não conseguimos identificá-lo com facilidade. As legislações não ajudam. Cerrado e Caatinga ainda não são reconhecidos pela Constituição Federal. Deputado Max Maciel, esse debate está há 12 anos no Congresso e não avança. Não avança porque há uma lógica de que *commodities* e agronegócio têm que prevalecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu gostaria de fazer um adendo em relação a isso. Nós fizemos um trabalho lá durante 4 anos para que esse projeto pudesse avançar, mas há realmente uma barreira muito grande. Eu estive com a Tereza Cristina para conversarmos sobre isso, infelizmente ainda não há a mentalidade de que é necessária uma preservação com sustentabilidade e com segurança para um futuro melhor.

GUTEMBERG GOMES – É isso.

Deputada, eu acompanhei bem o seu mandato e eu torcia por ele, porque eu sei que ali há um corporativismo temático que não nos permite avançar, mas nós não podemos ficar de braços cruzados. Eu fui vítima de um atentado quando a especulação imobiliária, o crime de fato organizado, atuava muito fortemente. Hoje nós estamos deficientes, o Ibram falou aqui claramente: "O Estado não consegue fiscalizar". Mas não há uma denúncia da qual não vamos atrás, que não vamos com a Dema, que não resolvamos. Nós resolvemos. O SLU falou algo interessante, que nós não vamos esperar o criminoso denunciar, seja ele privado, com o verniz de legalidade, ou não. Vocês estão lá, conversam com os seus subordinados diretos e estão atuando. É lógico que passa muita coisa. Eu converso muito com o DF Legal e falo: "Cristiano, nós temos que atuar". Mas nós temos as nossas deficiências, isso é verdade, mas não falta vontade. Sei que nós precisamos melhorar muito, deputada, e eu conto muito com o parlamento, principalmente na questão do orçamento.

Coloco a Sema à disposição. O deputado Max Maciel esteve lá comigo semana passada. Eu gostaria que a senhora e o deputado Max Maciel conhecessem o sistema de tecnologia ambiental que nós estamos desenvolvendo a partir do CITInova. Ele se chama Sisdia. Eu tenho 2 instrumentos: um é a lei, o zoneamento ecológico-econômico, por meio do qual eu defino como será a ocupação sustentável do território; e o Sisdia, porque sem tecnologia a polícia não trabalha, a Sema não trabalha, ninguém trabalha.

Então, coloco a Sema à disposição de vocês e agradeço, mais uma vez, o convite da deputada Paula Belmonte e dos parlamentares para estar nesta discussão.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, secretário.

Eu vou sair daqui a pouco, conforme eu avisei logo no início, porque eu tenho uma consulta médica às 18 horas, mas eu não queria sair daqui sem ouvir a senhora Ana Lúcia, que faz parte da comunidade Melchior. Mostramos aqui crianças cheias de erupções na pele, mulheres com dor de cabeça, e essa comunidade, que está lá há mais de 30 anos, requer um atendimento especial.

Convido a senhora Ana Lúcia Rodrigues dos Santos para falar aqui na tribuna.

GUTEMBERG GOMES – Dona Ana, eu vou ficar aqui para ouvi-la atentamente. Antes de a deputada Paula Belmonte sair, eu quero entregar para a senhora 3 trabalhos, que são relatos do meu discurso.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Vamos tirar uma foto aqui? (Pausa.)

ANA LÚCIA RODRIGUES DOS SANTOS – Boa noite, eu sou a dona Ana, lá da Chácara Girassol, uma comunidade encostadinha no Melchior. Desde menina eu moro na beirada desse rio. Agora vejo meus netos e bisnetos. A comunidade de lá só cresceu.

Ficamos tristes com o que acontece porque o rio Melchior era como se fosse um patrimônio nosso. Quando nós chegamos lá, ele já estava. Nós tomávamos banho e bebíamos da água, você acredita? Na época, nós não tínhamos água; aliás, nós nunca tivemos água potável. Faz mais de 50 anos. A menina falou em 30 anos, mas nós moramos lá há mais de 50 anos e nunca tivemos água potável, nunca! Eu lembro que nós íamos trabalhar na roça e meu pai mandava encher a cabacinha d'água para beber, lá no rio Melchior. Não sei se alguém aqui já bebeu água de cabaça, mas a cabaça, quando está nova, amarga que só, mas é bom para a saúde.

Eu fico muito triste e um pouco alegre, porque estão dizendo que vão limpar o rio Melchior. Mas o moço ali já falou – eu estava escutando – que nunca mais vamos poder tomar banho ali. Os rapazes que foram lá prometeram que nós íamos tomar banho no rio Melchior. Eu quero tomar banho lá ainda, nem que seja a última coisa que eu faça na minha vida.

Então, eu queria dizer para vocês que não é só o rio Melchior que está sofrendo, não; o Córrego do Pasto já está sendo contaminado também; a cachoeira que o rapaz falou que tomou banho também já está contaminada; as águas de lá estão acabando. Então, quer dizer que, daqui a uns dias, nós não vamos ter água nem para beber. Estão prometendo que a Caesb vai levar água para nós, mas eu já estou há mais de 50 anos e nunca vi essa água chegar lá, não!

Outra coisa, não adianta nós ficarmos tampando o sol com a peneira, não! Quem judiar do meio ambiente, no futuro, vai sofrer. Talvez vocês não sofram, porque já estão em idade avançada e talvez vão morar no céu, mas as crianças que estão vindo precisam de água para beber e para tomar banho. Então, temos que pensar na juventude que está vindo aí.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Dona Ana, eu gostaria que a senhora falasse a respeito daquelas erupções na pele das crianças. Como as pessoas estão? Conte-nos um pouquinho.

ANA LÚCIA RODRIGUES DOS SANTOS – Estão do mesmo jeito! Não mudou nada! Os meninos estão com dor de barriga e com dor de cabeça. Nunca ouvir falar que criança tem dor de cabeça! As crianças de lá estão com dor de cabeça, com reação de vômito. Elas vão para as UPAs e, quando chegam lá, dizem para elas: "Gente, é a água de vocês que está contaminada". Então, o que nós podemos fazer? Não há jeito, porque temos que beber água todos os dias. Então, é isso. Nós estamos lá lutando.

Eu mesma sou recicladora. O povo fala que é recicladora, mas eu gosto de catadora. Todo o lixo que eu retiro de dentro do córrego eu pego, e esse lixo vira dinheiro, viu? Os ferros velhos que eles jogam, sacolas velhas de plástico, pneu velho, jogam tudo lá. Eu vou lá e rapo tudo. Se vocês forem lá filmar, deve haver uns 30 quilos de ferro que eu tirei de dentro do córrego.

Então, quero dizer que estou fazendo a minha parte. Agora, as autoridades que façam a dela, porque mexer com as coisas de Deus, meu filho, não é brinquedo, não! Até podemos estragar um pouquinho a natureza, mas, depois, quando ela se revolta, menino, vem arrancando tudo, vem arrancando árvores. Podem ter 50 metros, que arranca! É a revolta da natureza!

Então, é isso, gente. Eu vim hoje mesmo doente. Eu não estava bem de saúde, mas, quando me falaram que era para ajudar a defender o Melchior, falei que viria. Eu vou me arrastando, mas eu vou!

Eu sei que há muita gente que bebe água limpinha, pode comprar água mineral, mas nós não podemos comprar água mineral, não. Temos que beber dos rios de lá mesmo, das cisternas velhas e das minas contaminadas. Mas nós bebemos água e não queremos saber se vai fazer mal. Nós pedimos socorro para Deus para nos ajudar.

Então, é isso. Eu agradeço à deputada Paula Belmonte, que já foi à nossa comunidade. Inclusive, quem está mostrando aquela roupinha do menino levantando aquela mulher com o vestido que não está mostrando a cara, só o vestido, sou eu na minha casa.

Então, é isso, gente! Ajudem-nos! Levem água para nós também sem contaminação, porque nós também merecemos. Nós também somos filhos de Deus e precisamos de água para beber.

Eu sempre canto esta musiquinha. Sei que vocês não me deram a palavra como cantora, mas eu sempre canto esta musiquinha quando vou andando nas estradas sozinha: "O boi com sede bebe lama. Barriga seca não dá sono". Então, é isso.

Por enquanto estamos bebendo lama, mas quem sabe, um dia, nós beberemos água cristalina, limpinha e sem sujeira! Lá há algumas mulheres que estão ajudando também! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata.

Depois, quero saber uma informação do nosso gabinete acerca do contato que fizemos com a Caesb àquela época, que fez um cadastro para que pudesse levar água encanada. Mas, independentemente de a água encanada chegar ou não a essa comunidade – se Deus quiser, chegará –, esse depoimento da dona Ana me emociona, porque vi uma comunidade extremamente – vamos dizer assim – conectada com a natureza, que tem filhos, netos e bisnetos crescendo e amando o Distrito Federal e a nossa cidade, mas sendo tratada desse jeito. Foi esse o motivo pelo qual realmente nos empenhamos para colher as assinaturas da CPI, para que ela aconteça. Eu, particularmente, quero a instalação da CPI, mas vejo que é muito fácil – como o senhor falou, secretário –, porque é só unir as forças.

Pego a todas as autoridades presentes que incluam a Câmara Legislativa. Por quê? Porque aqui é a casa do povo, cada um aqui representa um segmento da sociedade. Eu sempre falo da tribuna que nós representamos a esperança e a transformação das pessoas. Eu vou concluir porque tenho que sair, mas o deputado Max Maciel vai conduzir esta sessão.

Nesta legislatura, nós, parlamentares, como o deputado Fábio Félix, o deputado Max Maciel e o deputado Gabriel Magno, às vezes temos diferenças ideológicas de pensamento, mas quando se trata do bem da sociedade, nós estamos juntos, e isso tem feito diferença na nossa legislatura. Eu tenho chamado a atenção dos parlamentares sobre esse caso porque nós estamos falando de crianças contaminadas pela água na Capital Federal. Não é apenas uma criança, são famílias inteiras. Nós estamos, às vezes, em silêncio em relação a isso e, por isso, precisamos tomar algumas atitudes.

Quero pedir à nossa equipe de gabinete o seguinte: primeiro, o que podemos fazer para que esse cano esteja visível e transparente para a população ver a qualquer momento, porque é uma área que dá para ver a outra margem do rio onde passa o cano. Segundo, precisamos fazer um convênio de monitoramento de inteligência artificial para que isso possa realmente virar uma rotina.

Nós estamos falando da nossa Capital Federal. Semana passada, foi encontrada larva na alimentação da merenda escolar de uma criança e agora estamos falando de uma população que está sendo contaminada. Precisamos estar unidos em prol da população. Aqui não há deputado de base nem de oposição; há deputado que quer representar a população.

Agradeço imensamente ao meu amigo deputado Max Maciel. Ontem, quando eu pedi, ele prontamente se colocou à disposição. Acho que ele até cancelou uma reunião para estar aqui. A minha intenção era escutar a todas as pessoas. Eu não vou poder continuar na sessão, mas vou acompanhar. O deputado Max Maciel vai estar junto com vocês porque ele faz parte da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle. Quero dizer que os senhores têm não só o meu compromisso

com essa pauta, mas também o de vários outros parlamentares que aqui estiveram: deputado Fábio Félix, deputado Max Maciel, deputado Gabriel Magno e outros que não estiveram aqui, mas eu sei que posso contar com eles.

Eu vou precisar sair correndo e, por isso, peço ao meu gabinete que organize um dia para que façamos uma visita nessas 3 interlocuções junto com a Caesb.

Convido todos os presentes para irmos à Sema para que possamos conhecer o trabalho de vocês. É fundamental que na Lei de Diretrizes Orçamentárias tenhamos,

sim, dinheiro para o convênio de um equipamento que tenha a academia junto. Não podemos achar que a academia é um obstáculo para nós. Na realidade, ela tem que ser uma força motriz.

Então, devemos fazer um convênio para monitoramento do rio Melchior. Como já foi dito, esse é o único rio com classificação 4. Nós precisamos jogar a água tratada, o esgoto tratado e o chorume em algum lugar. E podemos fazer isso com excelência. Apesar de Brasília ter 3 milhões de habitantes, possuímos um quadradinho que é muito fácil de monitorar. Não somos um município, que precisa correr atrás, e temos um orçamento de 60 bilhões de reais.

Então, precisamos estar juntos. Conto com os senhores.

Agradeço imensamente.

Peço desculpa a todos que estão aqui e que estão inscritos para falar.

Contem conosco. Contem com a Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência. Contem com o meu mandato e com o mandato de todos os parlamentares desta casa para que possamos alcançar a qualidade da água da nossa população.

Muito grata.

(Assume a presidência o deputado Max Maciel.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Concederemos a palavra às pessoas que se inscreveram.

Nesta oportunidade, convido para fazer uso da palavra, caso assim queira, o deputado Fábio Félix.

Logo em seguida, o Josimar Cardoso falará por 3 minutos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Obrigado, deputado Max Maciel.

Primeiro quero saudar a mesa. Saúdo a deputada Paula Belmonte, que ainda está aqui presente e presidiu esta comissão geral. Sua excelência também preside a Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência. Na pessoa dessa deputada e na do deputado Max Maciel, saúdo os demais membros da mesa que estão hoje fazendo esta discussão.

Eu estava há pouco ouvindo o depoimento da dona Ana e uma série de relatos sobre a questão do rio Melchior. Nós também acompanhamos o seminário sobre extremos climáticos que aconteceu no Ministério Público do DF.

Quero trazer muito rapidamente uma reflexão que tem relação direta com o rio, mas que tem também relação com a discussão ambiental que nos cabe fazer neste momento e que nos preocupa. O DF não está vivendo o que está ocorrendo em outros lugares do mundo e do Brasil, neste momento, mas sabemos que há coisas por vir. A situação não é de normalidade. Já temos vivido extremos no DF seja da seca ou do excesso de chuva sem escoamento. Já há uma série de novidades acontecendo do ponto de vista dos extremos no DF e que podem se agravar e piorar, caso não comecemos agora uma ação preventiva.

Ao longo desses quase seis anos nesta casa, eu tenho ouvido muito, por parte do governo, que a culpa é da ocupação irregular do solo e da falta de planejamento. Ele tem razão. Sim, a culpa é da falta de planejamento e da ocupação irregular do solo, mas isso acontece porque não existe uma política habitacional, porque não há uma reforma agrária, porque não há planejamento urbano para que os aparelhos públicos sejam instalados.

Existe outro problema de que o governo não fala que é a questão da ocupação patrocinada pelos empreiteiros desta cidade na especulação imobiliária com ares de legalidade e de regularidade. Dessa ocupação ninguém fala, contudo, o ocupante pobre que está em condições precárias em uma ocupação, em um assentamento, em um acampamento é criminalizado rapidamente – esse é o grande problema do governo. Eu digo isso com seriedade. Porém, quando atropelamos nesta casa, na votação

de mudanças no PDOT e em outros instrumentos jurídicos, a lei ambiental, com ares de legalidade e de regularidade, não discutimos o impacto disso.

Quando falamos de escoamento de água, quais são os piores territórios que vemos aqui? Sol Nascente, Vila Cauhy, Arniqueiras, Vicente Pires – ocupações irregulares –, mas há o Noroeste, aprovado e construído sob a suposta fiscalização do Estado, que está bem aqui ao lado, onde não há escoamento de água, o que gera um problema estrutural para a cidade.

Quando vemos esses extremos climáticos e ambientais, sabemos que há um atropelamento: a boiada. Vocês se lembram da boiada que o povo ia passar? Na época da pandemia, um conhecido ministro do Meio Ambiente falou: “Vamos aproveitar a pandemia para passar a boiada na legislação ambiental”. A boiada, às vezes, passa nesta casa por cima de nós em relação à legislação ambiental, em relação à regularização fundiária de alguns territórios que não poderiam ser regularizados – e eu não estou falando de ocupação da população mais pobre.

A preocupação dos moradores da Serrinha com a construção do Taquari 2 é gravíssima. Isso é muito grave.

O rio Melchior neste momento traz para nós uma reflexão mais geral sobre a questão ambiental. Ouvi a fala do secretário e achei muito importante. Nós precisamos não só de recursos, mas também do comprometimento do governo. O governo precisa colocar suas prioridades. Não deve ser só por meio de emenda parlamentar, que também é muito importante, mas o governo deve colocar isso como prioridade.

O secretário do Meio Ambiente, depois dessa experiência trágica por que estamos passando neste momento no país, tem que virar o principal secretário do governo. Tem que ser governador, vice-governador, secretário do Meio Ambiente e, depois, Casa Civil e secretário da Fazenda. A preservação do rio Melchior, a preservação das águas nesta cidade, a mudança de lógica do orçamento, essas são as preocupações que nós temos.

Concluo deixando este alerta: há uma tradição nesta cidade de ocupação irregular, inclusive tradição de grilagem estimulada pelo poder público – isso é histórico no DF –, mas temos que nos preocupar com essa suposta ocupação regular que passa em todos os conselhos, que pressiona desde o fiscal que atua até o parlamentar que está aqui. Este vota e aprova uma lei deixando que aquilo aconteça, sem estudo de impacto ambiental, sem previsão, sem análise de dados concretos, sem evidências. Dessa forma, viveremos depois o que temos vivido hoje em muitos lugares no mundo e, também, no nosso país. Trago essa preocupação e esse alerta.

Deixo o compromisso do nosso mandato, do gabinete 24 da Câmara Legislativa, com esse tema. Estamos à disposição de vocês.

Eu, na presidência da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa, também quero participar, com o deputado Max Maciel e com a deputada Paula Belmonte, das visitas e da visita técnica à região, para que possamos colaborar de alguma forma.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra à presidente do Sindicato das Associações dos Pequenos Produtores Rurais do Distrito Federal e Entorno, senhora Josina Cardoso da Silva, por 3 minutos.

JOSINA CARSONO DA SILVA – Boa noite, pessoal. Muito obrigada.

Deputado, mesa e todos os presentes, eu sou a Josina Cardoso, presidente do Sindicato das Associações dos Pequenos Produtores Rurais do Distrito Federal e do Entorno e quero dizer para vocês que este sindicato pertenceu ao conselho gestor da Arie JK, instalado entre 2015 e 2017. A Arie JK compreende Ceilândia, Taguatinga e Samambaia. Participamos de todas as reuniões e nunca foi colocado nenhum problema do rio Melchior, o qual passa pela Arie JK. Nós não tivemos conhecimento desses problemas para discutirmos. Eu acho que deveriam ter falado sobre isso.

Eu quero dizer para vocês que conheço o rio Melchior com o nome de Melchior depois que ele ficou poluído. Ele nasce como córrego do Cortado, depois passa a ser córrego Taguatinga e vai caminhando até chegar a Melchior. Eu tenho chácara em frente ao córrego do Cortado e fiz análise não do córrego, mas das águas do poço e nem coliformes fecais havia. Essa análise foi feita pela Caesb. O que acontece? O córrego do Cortado vai caminhando e recebe o esgoto sem tratamento que vem da QNF e da QNE, em Taguatinga. Ele continua correndo e, na QNL, recebe o esgoto que eles chamam de águas pluviais. Porém, não é água pluvial sozinha, não, é esgoto mesmo, que fede. Depois, ele vai

caminhando e, já com o nome de córrego Taguatinga, recebe os esgotos que vêm dos hospitais – tudo sem tratamento. Daí ele vai caminhando e, quando recebe o nome de rio Melchior, já chega poluído e fede demais! Eu tenho ido às chácaras dos colegas. Eu não tenho coragem de comer uma piaba do córrego. Há piaba, mas eu não tenho coragem de comê-las. Houve trabalhador que colocou o pé no rio Melchior e saiu todo cheio de coceira.

Ficamos preocupados com um projeto que estão fazendo. Estão tomando parte das áreas dos produtores rurais, em um projeto para beneficiar a classe média alta, para construir uma cidade chamada Metropolitana, que vai pegar um bocado da parte da Arie JK e vai prejudicar produtores rurais que lá estão instalados desde quando não existia Taguatinga. Estão tomando essas áreas. Eles não emitem o documento. Já dizem que foi recomendado, que era de interesse de fulano ou beltrano.

O que eu quero falar para vocês é que, se tirar essas áreas dos produtores rurais – entre os quais os antigos estão morrendo e os novos não estão querendo plantar –, vai faltar alimento. Nós produtores rurais produzimos água, produzimos ar e produzimos alimento. O Conama já definiu que a existência de animais nessa área de preservação se deve aos chacareiros, que estão sendo prejudicados.

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, Josina.

Convido para fazer uso da palavra o senhor Evandro Teles, da comunidade do Pôr do Sol, por 3 minutos.

EVANDRO TELES – Boa tarde a todos. Sou morador do Pôr do Sol há mais de 12 anos. Como morador da comunidade, fico muito preocupado ao ouvir falar de todas essas coisas sobre a preservação da área.

Hoje, ouvimos várias situações sobre o adensamento da área. Eu fico sempre pensando... Sou meio leigo nessas situações, mas, às vezes, ouvimos o governo falar que a culpa é do adensamento. Recentemente, porém, lançaram outro empreendimento lá na área, esse centro metropolitano, conforme a senhora citou há pouco. Lá na região ainda há o Reserva do Parque, no Recanto das Emas, que está para ser lançado. Tudo isso vai culminar na Estação de Tratamento Melchior, e mais efluente vai ser lançado no rio. Qual o limite? Até aonde pode chegar isso? Eu não estou vislumbrando resolução disso.

Como morador, eu fico preocupado com essa situação. A área deveria ser de lazer para as comunidades próximas, mas ninguém consegue usar aquilo. Os desavisados que não sabem do problema vão lá e usam, há muita gente que usa aquela região. Jovens descem da Samambaia e usam a área ou saem do Sol Nascente, do Pôr do Sol e vão lá embaixo, nas cachoeiras, tomar banho; mas eu acredito que eles não saibam do problema que a região enfrenta. Até mesmo lá embaixo, abaixo da ponte, na VC-311, um local que fica depois que são lançados os efluentes, eu já vi jovem tomando banho. É muito preocupante isso.

Eu, como morador, quero que o governo tome atitudes para minimizar essa situação lá na região. A dona Lúcia falou que tem um sonho de voltar a tomar banho lá. Eu nunca tomei, mas espero um dia poder usufruir dessa área. Espero que o Governo do Distrito Federal realmente se debruce sobre o tema.

O professor José Francisco fez um alerta. Ficamos preocupados por causa dessas tragédias de que ouvimos falar. Será que uma barragem dessas do DF não pode romper? Temos que nos preocupar com tudo isso, e o GDF tem que se preocupar com isso também. O que eu vejo é o governo tratorando a pauta ambiental no DF. Essa é a minha opinião como morador.

Agradeço a todos esta audiência. Agradeço à deputada Paula Belmonte o fato de ter chamado essa audiência. Eu queria que ela estivesse aqui para eu agradecer a ela. Ouvimos falar em questão ideológica, essas coisas. Eu vejo que ela é uma deputada que tem opiniões contrárias às do deputado Max Maciel, que está aqui, e às do deputado Fábio Félix, que falou anteriormente, mas, na pauta ambiental, ela tem se mostrado bem coerente com a situação. Eu queria agradecer muito a ela.

Agradeço também aos amigos Carvalho e Newton, que são 2 guerreiros da comunidade. Já foram inclusive ameaçados na região por conta dessa briga deles. Agradeço a todos.

Espero que o governo tome pé disso e realmente faça por onde para melhorar essa situação.

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, Evandro. Pode ter certeza de que a deputada Paula Belmonte recebe os agradecimentos. A equipe dela se faz presente.

Convido para fazer uso da palavra o senhor Newton Vieira, do Movimento

Salve o Rio Melchior.

NEWTON VIEIRA – Boa noite a todos e todas.

Senhor secretário, o senhor foi vítima de atentado. Nós lamentamos muito. Eu queria dizer que eu e o Alzirenio Carvalho, ao atuarmos com relação ao rio Melchior, passamos a sofrer várias ameaças. Nós sofremos 6 atentados com uso de arma de fogo. Graças a Deus, não nos atingiram. Em um desses atentados, havia uma equipe da imprensa no local. Eles presenciaram o fato. Graças a Deus, vamos persistir até que consigamos uma solução melhor para todos.

Eu queria falar sobre a densidade populacional, sobre a qual se comentou bastante. Há um relatório da Adasa que aponta que, nos anos de 2019 e 2020, a Estação de Tratamento de Samambaia operou acima de 200% da sua capacidade de vazão. Eu gostaria de perguntar para as autoridades como é que, quando há uma estação de tratamento projetada para um valor, mas que opera em 200%, ainda querem aumentar, expandir a cidade. Está mais que provado que essa estação está operando muito acima daquilo para o qual foi projetada.

Outra questão é o aterro sanitário. Em 2019, antes do desastre ambiental que derramou chorume sem tratamento por vários dias lá no local, era permitido que se despejassem, diariamente, 400 metros cúbicos de efluente de chorume. Depois desse desastre ambiental, houve um aumento brusco de mais de 400%. Passou-se a permitir que se joguem 2 milhões e 210 mil litros de efluente de chorume diariamente. Isso é questionado até pela Abetre. Agora não recordo o significado dessa associação, mas ela questiona esse aumento brusco, assim como questiona a grande quantidade de bacias de chorume dentro do aterro sanitário.

No dia em que a deputada entrou no aterro sanitário, nós acompanhamos a equipe dela. Eu estava junto com o Alzirenio Carvalho. Lá nós conseguimos ouvir um funcionário. Ele fez relatos que eu poderia dizer que são bombásticos. Temos o áudio dele aqui, mas, se eu tocasse esse áudio, eu tenho certeza de que ele iria correr risco de morte. Ele até pediu para mim... ele falou... Quando ele viu a foto das crianças e o vídeo que passou ali, ele começou a falar. Ele chorou quando viu o vídeo da criança. Aqui foi passado um pedaço, mas tínhamos o vídeo na íntegra; era maior. Quando foi mostrado para ele o vídeo da criança, ele chorou. Ele falou: "Com o que eu vou falar para você aqui, eu corro risco de morte, mas eu vou falar e queria que você não falasse disso. Nunca fale o meu nome." Ele relatou algo que eu tenho certeza de que o senhor não tem ciência. Nós não poderemos passar isso aqui, porque ele corre risco. Assim como nós corremos risco de morte, ele poderia passar a correr.

Eu acredito que o que acontece no rio Melchior hoje é expressão total do racismo ambiental, mas vai muito além disso: o que acontece lá é um atentado à dignidade da pessoa humana.

No próximo domingo vai ser Dia das Mães. As mães que moram no condomínio da dona Eleuza, lá na VC-311, e as 252 famílias que moram no acampamento Rosa Luxemburgo não têm o direito de tomar um banho no chuveiro, porque elas não têm água. Elas não têm o direito de colocar o pé na água ou de lavar suas mãos com a água do rio Melchior, porque ela é totalmente poluída, é totalmente proibido qualquer contato humano com ela.

A situação do rio Melchior é muito pior. Além das pessoas que vivem essa situação de emergência sanitária, há também, no decorrer do rio Melchior, várias plantações frutíferas que são irrigadas com aquela água – e muitos de nós consumimos essa água. Fica a pergunta: "Por que houve este aumento tão brusco de efluentes e de chorume, de 400 metros cúbicos para 2.210 metros cúbicos?"

Muito obrigado a todos.

Ah, só mais uma coisa: eu gostaria de falar também que é essencial não só para o meio ambiente, mas também para o direito humano que se abra essa CPI. Lembro uma frase do deputado Chico Vigilante, que, antes da CPI dos Atos Antidemocráticos do dia 8 de janeiro ser instalada, falou que, se não fosse para investigar, para pouco servia esta casa. Este é um apelo que fazemos a todos os parlamentares: abram essa CPI!

Como conversamos mais cedo com o professor, essa CPI vai ser importante para a humanidade. Ela é importante não para punir as pessoas ou para punir um ou outro órgão, mas, semelhantemente ao que acontece quando há um acidente de avião, para que se estude o motivo pelo qual ocorreu aquele acidente e, assim, se evite que outros desastres aconteçam.

Agradeço a todos, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, Newton.

Passo a palavra, por 3 minutos, ao Alzirenio Cunha Carvalho, do Movimento Salve o Rio Melchior.

ALZIRENIO CUNHA CARVALHO – Primeiramente, gostaria de agradecer ao deputado Max Maciel, ao deputado Fábio Félix, ao deputado Gabriel Magno, à deputada Paula Belmonte e a todos os presentes.

Quero fazer só alguns comentários relacionados ao que foi falado. Eu citei a Terracap e a Novacap. Elas nunca vão participar de uma audiência como esta.

O Ibram diz que faz fiscalização, mas que tipo de fiscalização é essa, que não conseguiu encontrar, em 2022, o que nós encontramos nos lançamentos de efluentes de uma empresa chamada JBS? Por que o Ibram não encontrou o que nós encontramos na batida de fiscalização que fizemos com vários órgãos do Governo do Distrito Federal? Por que há proteção a essas empresas? Quem é que está protegendo essas empresas? Nós não queremos punir as empresas, nós queremos que elas façam pelo menos o dever de casa, que é lançar o efluente correto, devidamente qualificado, como tem que ser feito – assim como algumas empresas o fazem.

Nós entramos em um programa de proteção do governo federal, porque o Governo do Distrito Federal nos abandonou. O Governo do Distrito Federal está totalmente ausente, diante de tudo o que está acontecendo. Ele disponibiliza servidores para estarem aqui e apresentar alguma coisa para dar resposta à sociedade; mas, a nós, o governo não engana.

Eu estive em várias reuniões com todos os órgãos ambientais do Distrito Federal. Estive também com o secretário de governo José Humberto, com a intenção de chegar até o governador Ibaneis para fazer um apelo a ele. Eu conversei com o governador Ibaneis por 3, 4 vezes. Ele pediu que eu me dirigisse à assessoria dele para agendar uma reunião. Assim eu o fiz, e até hoje nós estamos aguardando a reunião com o governador Ibaneis. Nós sabemos que o governador é uma pessoa muito ocupada, mas ele está lá para nos representar e nos receber.

Há 1 mês, quando eu participava de algumas reuniões no Palácio do Buriti para reivindicar algumas demandas para a comunidade onde moro, fui informado de que não sou mais bem-vindo no Palácio do Buriti. O Palácio do Buriti não é a casa do povo, não? Quero fazer essa pergunta para o governador. Também quero saber quem me proibiu de participar das reuniões no Palácio do Buriti.

Nós tivemos que levar essa situação toda à esfera federal. Isso chegou até a ONU. Nós fizemos um relato sobre o que aconteceu para a ONU.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Para concluir.

ALZIRENIO CUNHA CARVALHO – Nós fizemos um relato sobre o que ocorreu para a ONU, que disponibilizou um *e-mail*, um canal, por meio do qual tudo o que acontecer que estiver relacionado a direitos humanos seja informado imediatamente.

Muito obrigado.

Boa noite a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, meu caro.

A Lúcia Mendes estava aqui. Acho que ela já foi, não é? (Pausa.)

Então, concedo a palavra à Edileuza Laurentino, presidente da Rede de Mulheres Rurais – Associação de Mulheres Rurais e Agricultores Rurais do Distrito Federal e Entorno. Serão concedidos 3 minutos.

EDILEUZA LAURENTINO BEZERRA — Boa noite a todos e a todas.

Eu quero cumprimentar a mesa nas pessoas do deputado Max Maciel e da deputada Paula Belmonte, que teve a coragem de iniciar este debate do meio ambiente, que não é fácil. Tem que haver empoderamento, tem que haver garra e tem que haver coragem, porque água é vida; sem água, ninguém vive.

Eu quero colocar 2 pontos. Um dos pontos é que a Arie JK é o cinturão verde das 3 maiores cidades do Distrito Federal: Samambaia, Taguatinga e Ceilândia. Esse cinturão abastece com alimentos o Distrito Federal e o Entorno.

Convido a mesa para fazermos um movimento. Podemos fazer um movimento juntos. A minha propriedade rural fica na Arie JK. Aquele rio era fonte de lazer, era fonte de água, era fonte de vida há bastantes anos, antes da existência de Brasília. Bem antes da existência de Brasília, Juscelino assentou um povo naquela região onde estamos nós produtores rurais, os guardiões daquela região. Nós produtores rurais... Eu falo isso com propriedade, porque é uma indignação, professor, para nós produtores ver esse rio morrer.

Você falou do futuro. Provavelmente, vai acontecer o mesmo desastre que está acontecendo no Rio Grande do Sul. Eu falo para a mesa ter coragem, porque, nós do Distrito Federal precisamos abrir os olhos quanto à questão em 3 pontos: ninguém vive sem água, ninguém vive sem alimento e ninguém vive sem ar.

Eu não vou falar muito porque os meus colegas já colocaram bastantes coisas, mas eu quero ações de incentivo à população, ao governo até a mim para não se poluir esse rio, porque o rio Melchior pede socorro. A população do campo pede socorro. Nós não temos culpa de a cidade ter chegado até nós. Se a cidade chegou até nós, os nossos filhos têm que garantir o futuro deles, tem que ser garantido a eles o documento – e não é o CDRU não, é a escritura que nós queremos.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, Edileuza.

Nós temos agora às 19 horas uma sessão solene. A outra equipe precisa entrar. Íamos encerrar, mas como o SLU foi citado e a Caesb também, eu vou abrir 3 minutos para vocês só comentarem, mas a ideia é que não seja um estrito senso. O que nós vamos pedir é que cada órgão apresente os relatórios e que avancemos no processo de encaminhamento que a deputada Paula Belmonte já colocou de forma bem pontual com a academia, com a sociedade civil e com os órgãos do Estado, a fim de que consigamos enfrentar a problemática já pontuada.

WANDERLEY DAS CHAGAS ALBUQUERQUE – Eu gostaria de pontuar ao colega que fez o questionamento que o Distrito Federal, hoje, tem um único aterro sanitário. A quantidade de lixo que é produzido na sua residência não diminui; pelo contrário, tem aumentado cada dia mais.

O aterro sanitário é a destinação final de todo o lixo do Distrito Federal. Fala-se que houve um aumento da quantidade de chorume tratado e do efluente tratado, enviado e lançado no corpo hídrico. De 2019 para cá, aumentou. Hoje, o aterro sanitário tem 32 hectares de maciço e 55 metros de lixo aterrado. Esse lixo vai se decompor e vai gerar o lixiviado, vai gerar o chorume. Consequentemente, de 2019 para cá, houve um aumento no chorume tratado e lançado no corpo hídrico.

Hoje, nós contamos com 3 lagoas de armazenamento para esse chorume e com 2 reatores com uma lagoa principal. O lançamento, hoje, no seu máximo, como eu coloquei, é de 2.200 ou 2.210 metros cúbicos por mês. Isso no pico da chuva, do período chuvoso.

Assim como o lixo tem aumentado nas residências, consequentemente, vai aumentar no aterro sanitário. O aterro sanitário já está passando por uma expansão.

Hoje, o aterro sanitário tem uma vida útil até 2027. Isso está sendo já tratado pelo SLU. Já há a contratação de uma nova expansão. Então, se aumentam as cidades satélites, se aumentam os condomínios, vai aumentar o quantitativo de resíduo que é gerado pela população. Consequentemente isso vai diminuir a capacidade do nosso aterro sanitário.

Hoje, o aterro sanitário é controlado, todo o resíduo é destinado. O chorume, o lixiviado que é gerado é tratado e volta para a natureza da melhor forma possível. Então, o SLU sempre tem tratado a questão do resíduo sólido da melhor forma possível para o Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado.

Passa a palavra a Ana Maria.

ANA MARIA MOTA – Boa noite. A Caesb foi citada em duas ocasiões. Eu gostaria de esclarecer o que foi mencionado.

Primeiro, temos que entender que uma unidade de tratamento de esgotos é sempre um agente mitigador de poluição. Muitas vezes, entendemos de forma errônea como se nós fossemos o agente poluidor. Estamos ali justamente para fazer o contrário, para mitigar a poluição.

A companhia investe continuamente para a melhoria dos seus processos e para impactar o mínimo possível o rio Melchior, mas, como eu falei, o volume de esgoto tratado que recebemos em relação a vazão do rio é alto. A capacidade de diluição dos nossos corpos receptores é baixa. Então, o

efluente tratado sempre vai causar um impacto nesse corpo receptor. Por mais que o processo de tratamento tenha eficiência alta, não há como não impactar o corpo receptor.

A dona Josina comentou sobre um lançamento de efluentes não tratados no rio Melchior. Na companhia, há vários canais de comunicação. Eu gostaria de anotar esses locais que a senhora colocou como pontos de lançamento de efluentes não tratados. Vamos encaminhar uma equipe de fiscalização ao local, porque não é para haver lançamentos de esgotos sem tratamento. Sempre que vocês observarem – qualquer pessoa que observar – um lançamento de esgotos sem tratamento no rio, podem comunicar à companhia, que deslocaremos uma equipe ao local.

Outro questionamento colocado foi em relação à capacidade da ETE Samambaia. Como eu falei, anteriormente, a ETE Melchior passou por uma obra em 2019 e 2020, quando a companhia investiu em torno de 50 milhões na melhoria do processo de tratamento dessa unidade. Com isso, parte do esgoto da ETE Melchior foi tratada na ETE Samambaia. A Caesb implementou um tratamento químico, uma unidade de tratamento como se fosse uma estação de tratamento de água para tratar o efluente da ETE Samambaia, de forma que ela pudesse receber uma vazão maior e garantir a eficiência do processo de tratamento.

Então, hoje as obras da ETE Melchior já foram concluídas. Tanto a ETE Samambaia quanto a ETE Melchior estão trabalhando abaixo da capacidade delas de projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, Ana.

Eu queria agradecer a presença, em nome da deputada Paula Belmonte, a todos que participaram, que estiveram nesta comissão geral: o senhor Secretário do Meio Ambiente, Gutemberg Gomes, a quem, carinhosamente, chamamos de Guto; a senhora superintendente de fiscalização do Ibram, Simone de Moura; a senhora superintendente de operação e tratamento de esgoto da Caesb, Ana Maria; a senhora superintendente substituta da Adasa, Juliana Pinheiro; o senhor delegado da Delegacia de Meio Ambiente, doutor Leonardo Alcanfor; o senhor professor do Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília, José Francisco; o senhor coordenador do grupo de trabalho do rio Melchior, Ricardo Minoti; e também o senhor engenheiro civil e analista de planejamento urbano e infraestrutura do Aterro Sanitário de Brasília, Wanderley das Chagas.

Agradeço às demais autoridades e a todos aqueles que honraram a Câmara Legislativa com suas presenças.

Declaro encerrada a sessão ordinária que originou a comissão geral, às 18 horas e 32 minutos.

(Levanta-se a sessão às 18h32min.)

Observação: nestas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais foram reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Siglas com ocorrência neste evento:

ABS-DF – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, seção Distrito Federal
Adasa-DF – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal
Arie – Área de Relevante Interesse Ecológico
Caesb – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CDRU – Concessão de Direito Real de Uso
Centrad – Centro Administrativo
Codeplan – Companhia de Planejamento do Distrito Federal
Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente
Conaredd+ – Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CRH-DF – Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal
CTPA – Câmara Técnica Permanente de Assessoramento
DBO – Demanda Bioquímica de Oxigênio
DF-Legal – Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal
ETE – Estação de Tratamento de Esgoto
Feprorural – Federação das Associações de Pequenos Produtores Rurais do DF e Entorno
GT – Grupo de Trabalho
Ibram – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental
ICE – Índice de Conformidade ao Enquadramento
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
Luos – Lei de Uso e Ocupação do Solo
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
Segov – Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal
Sema-DF – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal.
Sisdia – Sistema Distrital de Informações Digitais
SLU-DF – Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal
Terracap – Companhia Imobiliária de Brasília
UnB – Universidade de Brasília
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
URE – Unidade de Recebimento de Entulho

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 10/05/2024, às 15:18, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1660662** Código CRC: **40246262**.

O Diário da Câmara Legislativa do DF
está regulamentado pelos seguintes
instrumentos legais:

Resolução nº 279
publicada no DCL nº 35 de 25 de fevereiro de 2016.
Págs: 2 a 7

Ato da Mesa Diretora nº 69
publicado no DCL nº 109 de 27 de maio de 2022.
Págs: 20 a 23

Ato da Mesa Diretora nº 27
publicado no DCL nº 62 de 3 de abril de 2007.
Págs: 13 a 16

Ato do Vice-presidente nº 8
publicado no DCL nº 214 de 14 de outubro de 2019.
Págs: 31 a 48